

GT – RAÇA E ETNIA

ADRIANA SEVERO RODRIGUES

São mulheres e são negras: relato de experiência com mulheres negras que estão cumprindo pena em regime aberto ou semi-aberto

ANA CLÁUDIA LEMOS PACHECO

“Trajetórias, feminismo negro e narrativas sobre a solidão afetiva entre mulheres negras ativistas e não-ativistas em Salvador, Bahia”.

GENIVALDO SILVA DAS NEVES

A presença da policial feminina com características afro-descendentes na polícia militar da Bahia

LUCIANA FALCÃO LESSA

Relações de gênero dentro da Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos

MARIA APARECIDA SILVA, ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS

Movimentos e experiências das mulheres do INEGRA

SILVANA SANTOS BISPO

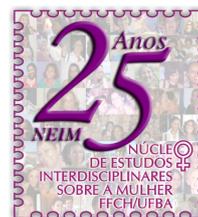
Movimento de mulheres negras feministas em salvador: experiências e perspectivas (1978-2001)

TATIANA RAQUEL REIS SILVA, VIVIANE DE OLIVEIRA BARBOSA

Repensando os feminismos negro brasileiro e norte-americano

GT – Raça e Etnia
Adriana Severo Rodrigues¹
PUC - RJ

Palavras-chaves: Racismo, Gênero, Sistema prisional e Mulheres Negras.



São mulheres e são negras: relato de experiência com mulheres negras que estão cumprindo pena em regime aberto ou semi-aberto

Introdução

“A vontade de falar, de contar sua história, que nem sempre é “aquilo que a gente vê”, pois é do âmbito do imaginário, é o desejo de tantas outras mulheres, criminosas ou não, que nem sempre o expressam, mas, não raras vezes, o insinuem de uma forma ou de outra”.

Mulheres que matam, citado por Rosemary Almeida

“Racismo é pior do que parece”.

Suely Carneiro

A leitura acerca das citações acima expressas, representam as inquietações pautadas no âmbito desta pesquisa que foi realizada na Casa Albergue no Município de Porto Alegre - RS. A instituição carcerária feminina funciona em regime aberto e semi-aberto atendendo a mulheres que cumprem pena, oriundas de Porto Alegre ou de cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Neste estudo optou-se em entrevistar mulheres negras por compreendermos que os estudos específicos sobre mulheres negras são

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Bolsista Internacional da Fundação Ford(2007) e Especialista em Direitos Humanos pela Escola Superior do Ministério Público da União e Universidade Federal do Rio Grande do Sul(2008).

escassos, com exceção para algumas áreas como da saúde, onde já existe acúmulo nestas discussões.

Desta forma faremos uma breve contextualização do sistema prisional no Brasil, introduzindo para a reflexão do universo feminino como ele se manifesta no sistema prisional, fomentando a discussão a partir da fala das mulheres negras albergadas que contribuíram com seus relatos, revelando as experiências cotidianas vividas numa instituição carcerária feminina.

A construção desta pesquisa com a temática da mulher negra no sistema prisional passou a ser objeto de estudo após ter realizado uma intervenção enquanto assistente social em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. Foi lá que conheci a história de uma mulher negra a quem darei o nome fictício de Cida. Na ocasião da intervenção realizada em maio de 2005, esta mulher estava cumprindo pena em prisão domiciliar devido ao nascimento de seu terceiro filho. Durante a entrevista tive oportunidade de ouvir de Cida suas angústias, violações de direitos e as estratégias de sobrevivência vividas por ela durante o período que esteve encarcerada.

. Apesar de compreender a ilegalidade da atividade que a condenou ao cumprimento da pena, Cida percebia a venda de drogas como um “trabalho”, pois o dinheiro era suficiente apenas para manter um padrão mínimo de qualidade de vida (alimentação dos filhos). Ao término da entrevista, saí da casa refletindo sobre aquela situação, e o relato dela fez suscitar alguns questionamentos, dentre eles se existia diferença de tratamento dentro de uma instituição de “recuperação” de mulheres que infringiram a lei penal.

Durante sua entrevista fui avaliando alguns fatores, pois naquele momento e tomada por particularidades muito semelhantes. Eu era uma mulher negra, entrevistando outra mulher negra que, por sua vez, também era mãe, filha, esposa e que naquele momento vivia a dor de ter que responder por um crime que segundo ela foi muito influenciado pelo fator econômico já que a venda de drogas permitia certa renda para sua família. Não queremos aqui fazer nenhuma apologia à questão das drogas, contudo a venda de drogas tem servido como estratégia de

sobrevivência e renda para algumas mulheres, sobre este assunto Wolff sinaliza que:

“No contexto brasileiro, tal situação se agudiza, já que este se caracteriza pela pobreza e exclusão de amplos setores populacionais, no bojo de uma sociedade orientada para o consumo. Tem-se, assim, a insurgência do tráfico de drogas e dos delitos patrimoniais como meio de vida para mulheres que, em outras atividades, não conseguiam suficientes rendimentos para manterem-se e manterem-se suas famílias dentro do conjunto de expectativas geradas socialmente” (2007, p. 60).

Nessa mesma linha de análise, Santa Rita (*apud* Breitman, 1999) constata que, “na maioria dos delitos praticados pelas mulheres ocorria uma pequena venda de entorpecentes e/ou a conjunção do delito junto aos seus companheiros”, o que denota que o crime relacionado a drogas tem auxiliado nas questões que envolvem a sobrevivência da família. Estes fatores somam-se a discussão da temática racial com recorte de gênero tendo em vista o cenário brasileiro em que vivem as mulheres negras.

Dados estatísticos de órgãos como o IBGE² apontam para a realidade desta população onde a feminilidade negra está exposta em função da combinação da pobreza e da tez de pele escura. Estes dados serão apresentados no próximo item como marco inicial desta discussão voltada para a temática da mulher negra no sistema prisional.

Problematização teórica

Diversos estudos assinalam que a intersecção de raça/etnia com outras categorias como gênero e classe social, evidenciam fortes contrastes na sociedade brasileira. Estes contrastes incidem transversalmente em distintas esferas da vida social, incidindo sobre o acesso à educação, à saúde, à qualidade de vida, o saneamento básico, a inserção no mercado de trabalho, o acesso à informação, à justiça e à cidadania. (Segato, 2006). Neste sentido, “o recorte de raça e gênero apresenta diversas especificidades” (Carneiro, 2002, p.210).

² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Há mais de 41 milhões de mulheres negras no Brasil, o que representa 23,4% do total da população brasileira (IBGE, 2000). São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja: estão sujeitas as múltiplas formas de discriminação social em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida.

As desigualdades e discriminações de natureza racial são evidentes no cotidiano e comprovado por algumas estatísticas. Como exemplo, a renda dos não-negros, que costuma ser o dobro da dos negros. Na educação, ainda persistem as desigualdades aumentando, assim, o índice de analfabetismo. Desta forma, a mulher negra é mais vulnerável às violências sociais, violências estas que passam a fomentar a exclusão social que influenciada pelo cometimento de algum tipo de delito vão repercutindo no processo de execução penal.

A Pesquisa realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (2000) comparou a população do estado de São Paulo e a dos estabelecimentos penitenciários, e apontou que os negros estão muito mais representados no cárcere do que na população em geral. Por certo, os brancos são numericamente superiores aos negros nas prisões paulistas, mas nota-se que enquanto representam cerca de 26% da população paulista, em 1999, eles totalizavam cerca de 44% da população carcerária de São Paulo. A mesma pesquisa avalia o percentual de mulheres e homens brancos e negros que foram indiciados (a)s ou acusado (a)s formalmente pela prática de crimes, revelando que os homens brancos têm diminuído sua probabilidade de serem condenados e cumprirem penas de prisão.

Em sentido contrário, as mulheres negras são proporcionalmente muito mais punidas com prisão do que as demais mulheres e mesmo do que os homens negros. Estes dados suscitam questionamentos sobre a seletividade da justiça criminal pressupondo o recorte de raça, gênero e classe social. Sobre este assunto, Soares e Ilgenfritz (2002) apontam a distribuição racial das mulheres presas no Rio de Janeiro, a qual obedece à seguinte proporção: 42,9% são brancas, 24,8% são pardas e 30,7% são pretas. As não-brancas representam,

portanto, 56,4% da população prisional feminina. Mulheres não-brancas, assim como as mulheres mais jovens, estão sobre-representadas no sistema carcerário fluminense. Naquele estado, das mulheres com 18 anos ou mais de idade, 64,5% são brancas 23,1% são pardas e 12,3% são pretas e as não-brancas representam, portanto, 35,4% da população feminina.

No Rio Grande do Sul, a situação é um pouco diferente: dados do Ministério da Justiça referentes a junho de 2007 apresentam a quantidade de presos por cor de pele/ etnia no Estado, indicando que a população carcerária feminina está composta por 611 mulheres brancas, 111 negras, 153 pardas e 04 indígenas. Já o Mapa Carcerário da Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE) nos informa que a população carcerária na data de 17/10/2007 era de 24.065 homens e 1.065 mulheres, essas informações não destacam cor de pele ou etnia.

Dados do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier referem que a variável cor (cútis)³, obedece a seguinte proporção: 66% são brancas, 19,5% são mistas e 14,8 são pretas. Salientamos que estes dados apresentam recorte em três estados, mas tomemos como exemplo para sinalizar o processo de exclusão social em que vivem as mulheres que cumpre pena e especialmente as mulheres negras brasileiras.

O contexto histórico do sistema prisional fomenta e reproduz o processo de exclusão que as mulheres vivem fora dos muros das prisões. Como observa Espinoza (2004, p.21): “A mulher, quer esteja na prisão, quer se encontre inserida no contexto social, foi e continua a ser discriminada. A prisão não passa de uma fotografia da mesma desigualdade retratada no espaço livre”.

Tanto as desigualdades como as precárias condições do sistema prisional brasileiro são conhecidas e destacadas em âmbito nacional e internacional dos organismos de defesa em Direitos Humanos. Para Wolff “no entanto, é importante

³ É importante salientar que a raça/cor, no caso da Penitenciária Madre Pelletier, é definida pela inferência dos funcionários responsáveis pela coleta de dados do Cadastro de Informações do Apenado (CIA), ao contrário do critério de auto-identificação utilizado pelo Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE), e preconizado pelos debates no campo dos estudos antropológicos.

destacar que as violações encontradas na quase totalidade dos estabelecimentos penais e penitenciários do país são acrescidas, no caso das prisões femininas, outros aspectos, que acentuam para esta população os problemas do aprisionamento” (2007, p.15).

Em se tratando de mulheres negras o quesito cor influencia a forma como vão se dar as relações sociais no interior da prisão. Este assunto pautado nas possíveis expressões do racismo alimentara a vontade de pesquisar este publico, foi este intuito que mobilizou pesquisadora e pesquisadas.

O primeiro contato com a Casa e com as mulheres foi marcado pela atenção e curiosidade, a apreensão para com a forma como eu seria recebida, e para a participação das albergadas nas entrevistas. Eu buscava uma suposta fórmula mágica para lidar com imprevistos. Era a segunda vez que estava entrando em um presídio feminino, mas sentia que já havia vencido pelo menos algumas das barreiras da insegurança. Na recepção a rotina para todos que ingressavam na casa, a identificação.

Durante o período de realização das entrevistas, tive oportunidade de observar como se movimentavam as pessoas na instituição. Podia-se tranqüilamente distinguir quem eram as albergadas, e quais eram as agentes de segurança, apesar de nenhuma delas usar uniforme. A distinção estava no olhar, e em algumas agentes, na presença de uma postura autoritária. Da parte das albergadas, uns olhares atentos, que ao serem correspondidos, provocava nelas um baixar de cabeça. A partir destas impressões, tive certeza quanto à complexidade do universo no qual me inseria.

Era preciso ter sempre claro o que estava em jogo aqui: uma pesquisa com o universo feminino realizado com mulheres negras, suas vozes, e algumas expressões do racismo. Seria preciso olhar atentamente para minha atuação militante do movimento social negro e ativista em Direitos Humanos, para que meus compromissos fossem sempre uma ferramenta a mais no trabalho de pesquisa, e não um empecilho. Com base neste cenário, foram construídos os itens que ora apresentamos.

São informações relevantes que ao utilizarmos atribuímos nomes fictícios para que as albergadas pudessem manter o anonimato.

Abaixo, uma breve apresentação do perfil de cada uma destas mulheres. Vale à pena lembrar que os números apresentados, quanto às idades e à pena, se referem ao momento da pesquisa:

1. Adriana: 1) 27 anos, ensino fundamental incompleto, solteira, natural de Porto Alegre, tem quatro filhos entre 2 e 9 anos, que após a prisão foram separados. 2) Ressalta que sua família sempre foi muito distante, tem três irmãos, mais não se envolve muito com eles. 3) Estava foragida, quando foi ao centro da cidade, sendo abordada e identificada, apanhou muito dos policiais. Delito: furto. Pena: 10 meses e 20 dias, já cumpriu 03 meses.
2. Bruna, 1) 33 anos, ensino fundamental incompleto, solteira, natural de Triunfo, tem três filhos entre 4 e 12 anos que, após a prisão ficaram com a sua comadre. 2) Traficava junto com sua mãe, mas depois rompeu com os laços familiares. 3) Foi presa, durante uma batida policial na casa de sua mãe, em flagrante, tinha drogas na casa. Delito: tráfico de drogas. Pena: 04 anos de reclusão.
3. Lisiane, 1) 23 anos, estudou até a segunda série do ensino fundamental, solteira, natural de Porto Alegre, sem filhos. 2) É a filha mais nova de uma família de seis irmãos, perdeu seus pais aos onze anos de idade, na ocasião sua irmã não tinha condições de cuidar de todos, tendo ido Lisiane e outro irmão parar na FEBEM, onde ficou até completar 18 anos. 3) Entrou pela primeira vez na prisão com dezoito anos por furto, atualmente cumpre pena por tráfico de drogas. É usuária. Delito: tráfico de drogas e furto. Pena: 10 anos e 8 meses, dos quais cumpriu 3 anos em regime fechado. Atualmente tem 6 meses em regime semi-aberto.
4. Luciana, 1) 49 anos, casada, natural de Pouso Novo, tem quatro filhos entre 11 e 25 anos, as filhas de 11 e 17 foram morar com uma sobrinha. 2- Sempre teve uma boa relação com alguns parentes, no

entanto rompeu com o irmão que segundo ela, é quem deveria estar preso. 3) Foi denunciada pelo irmão por tentativa de prostituir as filhas. Foi condenada a onze anos de prisão em regime fechado por corrupção de menores, dos quais já cumpriu quatro. Atualmente está em regime semi-aberto.

5. Renata, 1) 20anos, natural de Porto Alegre, viúva, seu marido foi morto após cumprir regime aberto, tem uma filha de 9 meses que está com sua mãe. 2) Sempre manteve uma boa relação com a família, seus pais são adotivos e não negros, após o ingresso na prisão eles ficaram ainda mais carinhosos. 3) Foi presa em flagrante, durante uma revista íntima para o marido. Delito: tráfico de drogas. Pena: 04 anos de reclusão, dos quais já cumpriu um ano e quatro meses.
6. Rosa Vermelha, 1) 52 anos, casada, natural de Porto Alegre, nove filhos naturais e 05 adotivos. 2) Sente muita saudade dos filhos, que sempre estiveram juntos. Tem boa relação com todos da sua família, e é mãe de santo na sua religião de matriz africana. 3) Foi presa quando estava em sua casa, acamada, recuperando-se de uma cirurgia. Relatou que a vizinha fez denúncia anônima para a polícia porque tinha raiva do seu filho, que fugiu. A polícia encontrou drogas no colchão. A albergada responde por tráfico de drogas, foi condenada a 8 anos e 9 meses, e já cumpriu mais da metade da pena.

Categorias de análises

A família e os filhos

A análise dos dados apresenta que das seis mulheres entrevistadas, cinco têm um ou mais filhos, fato que foi verbalizado pelas mesmas como a principal “dor” com o ingresso na prisão. “Eu sofro, mas sofro calada. A gente não tem ninguém para desabafar, e eles não podem vir aqui” (Adriana, 04 filhos).

Para Wolff (2007:73), “o que se coloca é uma provável fragilização dos vínculos existentes, a necessidade de suportar esta nova condição, onde a maternidade está em suspenso ou tentando manter-se a duras penas”. Esta fragilização está aparente na fala desta albergada: “Fico pensando nos meus filhos, se eu estivesse com eles...” (Luciana, 04 filhos).

A saudade dos filhos, expressada por ela, revela a dor que as mesmas vivenciam no cárcere, e a insegurança de saber com quem ficarão os filhos, além da culpa de envolvê-los neste contexto prisional. Isto faz com que algumas albergadas optem por romper com os vínculos familiares, na tentativa de proteger seus filhos. Neste cenário encontramos algumas contradições. Destacamos duas falas de mulheres negras albergadas para representar o dilema vivido por elas no contexto das relações familiares experienciados no sistema prisional:

“Minha mãe é uma neurótica, mesmo que ela pudesse vir não gostaria de vê-la”. (Bruna, 03 filhos).

“Desde que entrei aqui, ligo para a minha mãe, mas ela não vem me visitar temos o gênio diferente”. (Adriana, 04 filhos).

Falta propriedade para esta análise, no entanto o que se sabe é que lidar com uma situação destas requer atenção e envolvimento de toda família. No entanto para algumas, isto se torna um fardo muito doloroso, por muitos motivos, como represália pelo ato infracional cometido, vergonha de ter um familiar preso, ou talvez outras dificuldades desconhecidas, como: falta de acesso, valor de passagem, falta de estrutura de alguém que fique cuidando dos filhos pequenos ou de estrutura administrativa. O que se percebe são o enfraquecimento e a fragilização das mulheres albergadas frente a esta nova realidade.

Não podemos desprezar a variável do núcleo familiar, ou modelos de arranjos familiares, no entanto a pesquisa investigou se existia a presença do racismo na instituição Casa Albergue que será objeto de estudo no próximo item.

Expressões do racismo, experiências das mulheres que estão albergadas

O estudo foi norteado pelo princípio ético de respeito à integridade das mulheres que cumprem pena na Casa Albergue, sem discriminação de qualquer natureza como delito, opção sexual ou religiosa, idade, etc. Após as entrevistas

com as albergadas, foi realizada a transcrição das falas levando em conta as questões norteadoras da pesquisa: 1) mulheres negras são discriminadas por suas diferenças fenotípicas;

2) a questão da raça/etnia influência na forma como se dá o cumprimento de pena na prisão;

3) mulheres negras pobres têm renda inferior às não negras;

4) a renda inferior acarreta maior vulnerabilidade no processo penal;

5) a discriminação racial se soma a outras discriminações, como de gênero e a social;

6) estes fatores, quando combinados, evidenciam certa seletividade penal.

O dia-a-dia das mulheres negras que estão na Casa passa por inúmeras situações de conflitos e desconfiança. Algumas utilizam estratégias de sobrevivência para suportar aquele local. “Ah, eu estava enojada de cadeia, daí eu descontava nelas, tava enojada do quarto, tava tudo fechado, fedor de quarto, tá louco, sem visita sem nada. Eu estava neurótica de cadeia que discutia com as funcionárias, ai 24hs estava de castigo” (Lisiane, 23 anos). Neste sentido, Wolff acrescenta que “as mulheres que reivindicam são aquelas que têm noção de liberdade perdida, mas que também reconhecem não ter perdido todos os seus direitos” (2007, p.18).

Percebemos que pesquisar o universo carcerário feminino é uma tarefa que vai além de tentar quantificar o número de mulheres que estão presas. Estas mulheres recolhidas ao cárcere estão imersas num sistema de relações que envolvem todas as albergadas, além do corpo técnico diretivo e agente penitenciários.

Na realização da pesquisa com as mulheres negras, um dos questionamentos realizados foi se elas percebiam diferenças de tratamento entre elas mesmas e suas colegas não negras, da parte dos funcionários. Esta pergunta apresentou algumas divisões nas repostas: das seis mulheres entrevistada, duas informaram que não existia tratamento diferenciado, e uma disse que nunca percebeu a diferença; no entanto, três informaram que existia tratamento diferenciado, sendo que duas delas fizeram o seguinte comentário:

“Eu acho que tem; para algumas eles dão privilégios e para outras não”.
(Bruna, 33anos)

“Até na questão do serviço, se tu olhar, não tem nenhuma negra trabalhando”.
(Rosa Vermelha, 52anos)

Estes comentários denotam que algumas mulheres negras, percebem a questão da discriminação, outras não identificam ou realmente não vivenciaram a discriminação em função da sua raça / etnia. Iremos encontrar no relato de Rosa Vermelha um exemplo significativo sobre a condição de albergada negra de uma não-negra: “Eu acho assim: as brancas se relacionam melhor, até com algumas funcionárias da casa, e as outras são menos compreendidas. A gente vai falar alguma coisa e elas já revidam... Sei lá, essas diferenças...”

O dia-a-dia na Casa é vivido sob tensões, e poderíamos aliar isso ao processo de discriminação que algumas mulheres percebem.

“A gente percebe, racismo não é uma coisa que a gente vê”. (Bruna, 33 anos).

“Aqui a roupa e a cor é o que valem, se tu estás com uma blusinha mais desbotada, se tu tá menos arrumada, já fica ali, entendeu? Não é pisada em cima, mas também não é notada”. (Rosa Vermelha, 52 anos)

No segundo relato poderíamos dizer que o racismo está ligado à condição social, evidenciando assim as barreiras citadas por Fernandes: “São duas barreiras simultâneas, uma racial e outra econômica. Quando consegue vencer uma delas, a social; ele tem pela frente a racial” (1989, p.08).

Isto indica que o sistema prisional feminino não está imune às expressões do racismo. Fomenta-se, assim, a construção de um *racismo institucional*. Para Adorno “quando falamos do racismo nas instituições de controle social, particularmente na polícia e nas instituições de justiça, é preciso levar em consideração que esse fenômeno não é específico dessas instituições, ele é uma expressão daquilo que acontece na sociedade” (2007, s/n). Sendo o racismo expressão daquilo que acontece na sociedade, ele estará travestido sob diversas

formas e propriedades, indicando assim certa cordialidade para lidar com as situações que envolvem diferenças de raça/cor.

No entanto para Ana Luiza Flauzina, a desconsideração da raça como instrumento de análises, acaba por não levar em conta a criminalização e o controle específico que incide sobre a população negra, o que exclui quase metade da população negra do país. Conseqüentemente, como nos caso das mulheres negras, essa negligência “obstaculiza o conhecimento e a compreensão da conduta delitiva e do controle social geral” (2008, p.150), Fazendo com que as mulheres negras sejam duplamente penalizadas.

Considerações Finais

A discussão em torno da temática da mulher negra no sistema prisional envolve diversos atores entre órgão públicos de controle e repressão do Estado, profissionais das diversas áreas e pesquisadores. No que tange a pesquisa sobre o universo feminino das mulheres negras que estão cumprindo pena em regime aberto ou semi-aberto, poderíamos dizer que as expressões do racismo se manifestam sob diversas formas conforme pudemos observar nos relatos das mulheres entrevistadas.

No entanto esta pesquisa proporcionou um olhar diferenciado para as questões que envolvem as mulheres negras, pois a questão étnico-racial influencia para algumas delas a diferença no tratamento recebido por partes de alguns funcionários principalmente os agentes penitenciários que desenvolvem um controle sobre o comportamento destas mulheres albergadas. Percebe-se que não existe um reconhecimento da especificidade da cor em seu problema social, fomentando ainda uma relação desigual entre justiça, raça e gênero, como bem exemplifica Almeida:

É notório que toda uma reflexão se construiu em torno das classes sociais e das discriminações contra as minorias. Em algumas análises se neutralizaram as diferenças entre homens e mulheres, eliminando as especificidades do gênero. (2001, p.135).

O Poder Judiciário pode condenar ou absolver uma mulher que cometeu um delito. Não é este o ponto de questionamento deste estudo, mas sim o fato de que não são consideradas as especificidades do universo feminino no momento do cumprimento da pena, ou mesmo no tocante ao universo populacional que expõe o quanto o sistema repressor e punitivo volta-se especialmente contra as mulheres negras.

Neste caso, mulheres negras são expostas aos efeitos da desigualdade social, que acaba se acentuando no momento do crime. Mas estas discriminações, muitas vezes, não são aparentes pois no Brasil, ainda parece que as violações de direitos humanos ainda estão longe de possuir a visibilidade que possa fazer com que sejam tomadas medidas que venham a fazer desaparecer realidades relatadas pelas mulheres entrevistadas que vivem não apenas a violação de seus corpos, mas de sua subjetividade.

Sendo assim, concluímos dizendo que entender as especificidades da mulher negra que se encontra cumprindo pena por ter praticado por algum crime, faz-se necessário, no sentido de buscar ações efetivas para o combate a discriminação racial e a valorização do respeito a diferença, seja no sistema prisional ou na sociedade brasileira em geral.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. **Justiça penal é mais severa com criminosos negros.** entrevista disponível;

<http://www.comciencia.br/entrevistas/negros/adorno>. Acesso em 15/10/2007.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam:** universo imaginário do crime no feminino. Relume Dumará: UFRJ. Núcleo de Antropologia Política, 2001.

BREITMAN, Miriam Ida Rodrigues. **O mudo mundo do submundo:** uma abordagem antropológica da pedagogia do trabalho em uma prisão feminina. Proposta de dissertação do curso de pós-graduação em educação. UFRGS, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **A batalha de Durban.** In: Revista Estudos Feministas, ano 10, 1. Semestre 2002, p 210.

_____. **Racismo é muito pior do que parece.** In.: Revista Maria Maria. UNIFEM,1999.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo.** São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FLAUZINA, Ana luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão:** o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. **Estudo piloto da trajetória dos indivíduos presos pelo interior do sistema de justiça criminal paulista:** uma análise longitudinal do fluxo da justiça. São Paulo 2000.(Relatório de Pesquisa).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Senso demográfico**,Rio de Janeiro, 2000.

MINAYO (org.), Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis - Rio de Janeiro, 1992.

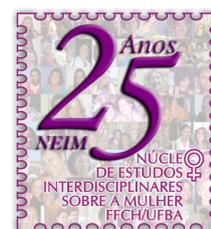
SANTA RITA, Rosangela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades:** em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. Ministério da Justiça: Brasília –DF, 2007.

SEGATO, Rita Laura. **Mulher negra sujeito de direitos:** e as Convenções para eliminação da Discriminação.AGENDE, 2006.

SOARES, Bárbara Musumeci e ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras:** vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WOLFF, Maria Palma. **Mulheres e prisão:** a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier-Porto Alegre: Dom Quixote,2007.

GT – Raça e Etnia
Ana Cláudia Lemos Pacheco
UNIME



Trajetórias, feminismo negro e narrativas sobre a solidão afetiva entre mulheres negras ativistas e não-ativistas em Salvador, Bahia

Introdução

Segundo Ribeiro⁴, o final da década de 1970 e os anos 1980 foram marcados pela proliferação de grupos de mulheres negras organizadas dentro dos fóruns Feministas⁵ e no interior do Movimento Negro contemporâneo. Nesse período se iniciam as primeiras pesquisas sobre A Mulher Negra brasileira⁶ e o interesse de estudo sobre o celibato e as uniões entre a população negra, nas pesquisas demográficas, em alguns centros acadêmicos brasileiros⁷.

Foi nesse contexto de mobilização política das mulheres negras organizadas em Salvador, Bahia, que surgiu meu interesse em investigar os aspectos relacionados à solidão afetiva, particularmente das ativistas negras e seus relacionamentos afetivos na organização política da qual eu fazia parte. Como ativista, participei de vários fóruns de discussões em que questionavam, de

⁴ Ver Ribeiro, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, *Estudos Feministas*, (2), 1995, pp.446-457.

⁵ Para um balanço sobre o Movimento Feminista contemporâneo no Brasil e na Bahia, ver Costa, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

⁶ Refiro-me aos trabalhos de Gonzáles, Lélia. *Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1982, [1980, mimeo]; Oliveira, Lúcia Helena; Porcaro, Rosa Maria e Araújo, Teresa Cristina N. *O lugar do Negro na Força de Trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE; 1985; Bairros, Luiza. Mulher negra: reforço da subordinação. In: João J.Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. estudos sobre o negro no Brasil: São Paulo: Brasiliense, 1988; .Giacomini, Sônia Maria. Ser escrava no Brasil, Revista *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 15, Rio de Janeiro, 1988., Carneiro, Sueli e Santos, Theresa. *Mulher negra*, São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1988.

⁷ Berquó, Elza. *Nupcialidade da população negra no Brasil*, Núcleo de Estudos de População (NEPO), UNICAMP, texto nº 11, São Paulo, agosto de 1987.

um lado, a dificuldade que as mulheres negras tinham em encontrar parceiros fixos para contraírem uma relação afetiva estável, e, por outro lado, os conflitos de gênero entre homens e mulheres. Tinha-se o entendimento de que as mulheres negras brasileiras, em geral, inclusive as militantes, não eram parceiras afetivas preferidas dos homens negros e nem dos homens brancos para constituírem um relacionamento afetivo estável, sendo as mulheres brancas as parceiras afetivo-conjugais preferenciais.

Sendo assim, envolvida com o tema, resolvi tê-lo como objeto e investigação da minha pesquisa de doutorado⁸. A questão levantada era se, de fato, as mulheres negras com as quais eu convivi, as ativistas políticas, vivenciavam a experiência da solidão? E se vivenciavam, seria porque o ativismo feminista as impedia de viver uma relação afetiva duradoura com os homens negros e militantes? Ou porque as desigualdades raciais e de gênero, imbricadas, impediam tal estabilidade no campo afetivo na vida dessas mulheres?

Outras questões inquietantes surgiram: os discursos sobre a solidão, entendendo-se a ausência de parceiros fixos, estariam presentes na vida das outras mulheres negras que não eram ativistas? A solidão seria uma escolha ou um problema real em suas vidas? A ausência de parceiros fixos era algo restrito a alguns grupos específicos de mulheres negras, ativistas, intelectualizadas, de camadas médias, de certa faixa etária? Enfim, perguntava-me se as mulheres negras que não compartilhavam desses ideais feministas vivenciavam a experiência da solidão? E se vivenciavam? O que as teria levado a essa situação?

Na década de 90, com exceção dos estudos demográficos⁹, não se tem conhecimento de nenhuma outra pesquisa que trate da questão da afetividade¹⁰

⁸ Pacheco, Ana Cláudia Lemos. "Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar": escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2008).

⁹ Refiro-me as pesquisas de Silva. Nelson do Valle. Estabilidade temporal e diferenças regionais no casamento inter-racial no Brasil, *Estudos Afro-Asiáticos*, (21), dez 1991. pp.49-60 ; Scalón, M.C.R da C. Cor e seletividade conjugal no Brasil, *Estudos Afro-Asiáticos*, (23)17-36, dezembro de 1992.

da Mulher Negra no Brasil. O que se constata são alguns estudos pontuais, artigos, cujo foco de análise é as relações inter-raciais entre negros (as) e brancos (as). Por outro lado, observa-se uma maior visibilidade nos escritos feministas, na mídia, nas pesquisas jornalísticas com os aspectos subjetivos das mulheres negras brasileiras¹¹.

Na Bahia, inexistem estudos sobre solidão entre mulheres negras. Até o momento em que foi desenvolvida esta pesquisa¹², nenhum estudo de natureza sócio-antropológica havia investigado essa problemática, o que torna importante o alcance deste estudo para se entender as relações afetivo-sexuais, raciais e de gênero no contexto baiano atual.

Baseadas nas pesquisas citadas, esta comunicação procura responder sobre as seguintes questões: a) como – gênero, raça e outros marcadores sociais - operam nas trajetórias sociais e nas escolhas afetivas das mulheres negras selecionadas? Como as mulheres negras ativistas e não – ativistas pesquisadas pensam sobre as experiências da solidão?

O Universo pesquisado

¹⁰ Utilizo o conceito de afetividade/emoções na perspectiva de Rosaldo, Michelle. Toward an Anthropology of self and feeling in Shweder, R.A and Levine, R.A. (eds.) *Culture Theory- Essays on Mind, Self, and Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

¹¹ Estou me referindo ao livro da jornalista Almada, Sandra. *Damas Negras* - Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Sousa, Zezé Motta, Rio de Janeiro: MAUAD, 1995; da *Revista Raça Brasil* (uma revista direcionada especialmente ao público negro brasileiro) Ano – 1, nº 2, p.14, outubro de 1996, onde foi publicado o depoimento da apresentadora negra da TV Globo, Glória Maria, falando sobre relacionamentos afetivos com homens negros; o artigo de Carneiro, Suely. Gênero, Raça e Ascensão Social, Revista *Estudos Feministas*, IFCS/UERJ, vol.3, n.2, 1995 e o artigo de Moreira, Diva e Sobrinho, Adalberto Batista. Casamentos Inter-raciais: o homem negro e a rejeição da mulher negra in: Costa e Amado (orgs.). *Alternativas Escassas, Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*, Rio de Janeiro: FCC, Editora 34, 1994., pp.83-107.

¹² Com exceção da pesquisa de Barros (2003) que trata de um estudo sobre casais inter-raciais, nenhum outro discutiu o tema sobre solidão entre mulheres negras em Salvador. Ver Pacheco, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, *Temáticas*, Campinas, 11(21/22): 11-48, jan./dez.2003, pp.11-48.

O universo da pesquisa constitui-se de dois conjuntos de mulheres negras: um, das ativistas políticas, integrantes do Movimento Negro¹³ e do Movimento de Mulheres Negras¹⁴ e o outro, de mulheres negras não ativistas, em Salvador, Bahia. A seleção dos dois grupos tem como objetivo confrontar as trajetórias e narrativas das mulheres acerca de suas escolhas afetivas e das experiências da “solidão”. Sendo assim, selecionei 25 mulheres, 12 do primeiro grupo e 13 do segundo, respectivamente. Para fazer a análise de trajetória e das entrevistas em profundidade, selecionei dez mulheres, cinco ativistas políticas e cinco não ativistas. O critério geral utilizado foi de mulheres que, até o momento da pesquisa, encontravam-se “sós”, isto é: i) sem parceiros fixos, ii) sem uma relação afetiva estável; com coabitação ou sem coabitação.

¹³ Entende-se por Movimento Negro brasileiro, contemporâneo, todas as expressões políticas e culturais da população negra contra a discriminação racial. Esse movimento se inicia no Brasil, na década de 30, com a Frente Negra, e continua com as diversas formas de expressão político-cultural do negro nas quatro décadas seguintes. Na década de 70, o movimento negro ressurgiu de forma politicamente organizada no cenário nacional, sobretudo a partir da fundação do Movimento Negro Unificado (MNUCDR) em São Paulo. Esse período é considerado como o marco da nova fase de resistência e mobilização negra na sociedade brasileira. Sobre o balanço do movimento negro contemporâneo brasileiro, ver os trabalhos de Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, volume 2, 3ª edição, São Paulo Ática, 1978 [1965]; Gonzáles, Lélia e Hansenbalg, Carlos. *Lugar de negro*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982; Silva, Jônatas Conceição da. História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In Reis, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1988.

Souza, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Segundo Souza (ib., 2005, p.14), esse movimento se caracteriza, ainda, por ser “diversificado, necessário e produtivo para a construção de identidades, os movimentos negros no Brasil têm-se mobilizado para a realização de rituais de afirmação como celebração de datas, resgate de acontecimentos históricos, releitura e organização de arquivos que contestam a pretendida homogeneidade das histórias registradas e resgatadas pela memória cultural instituída, a promoção de atos públicos de protestos e de denúncia com vistas a interferir na base de construção da memória, na disposição de forças políticas da sociedade e a interferir no desenho da auto-imagem do afro-brasileiro”.

¹⁴ Segundo Ribeiro (ib., 1995., p.447), a organização política contemporânea das Mulheres Negras no cenário brasileiro, se deu no final da década de 70, mas a organização em nível nacional se deu na década de 1980. O que diferencia o Movimento de Mulheres Negras do Movimento Negro e do Movimento Feminista mais geral é sua especificidade. De acordo com a autora, essa especificidade pode designar: a) a idéia do que é “próprio”, a pertinência da opressão (p.ex, o que é “próprio” da mulher negra, o caráter da opressão da mulher negra); b) a diferença dentro de um mesmo segmento (p.ex., a diferença entre mulheres brancas e negras ou entre homens negros e mulheres negras); c) a explicitação de um processo organizativo (p.ex., a organização específica das mulheres negras). Para um balanço desse movimento na atualidade, ver Moreira, Núbia Regina. *O Feminismo negro brasileiro: um estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo* (Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 2007) e Pacheco, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e política na trajetória de uma mulher negra chamada Zeferina. In: Almeida et alli (orgs.). *Gênero em matizes*, São Paulo: CDPAH/ EDUSF, 2002. pp.263-84.

Outro critério importante de seleção dos grupos estudados foi o diferencial entre “político” e “não-político”. Essa diferenciação pautou-se na necessidade de ampliar o escopo da pesquisa para além das mulheres do campo do movimento social, observando semelhanças e diferenças entre os dois grupos. Assim, foram selecionadas mulheres que atuam como lideranças nos movimentos sociais organizados e mulheres que não atuam em organizações e ou fóruns dos movimentos sociais, o que não significa, no entanto, que estas últimas não tenham percepção política sobre o mundo social e sobre suas relações afetivas. A partir daí, buscou-se analisar como as informantes percebem e significam suas trajetórias social-afetivas e a ausência de parceiros fixos..

Em relação à classificação racial das entrevistadas, utilizei a metodologia da auto-classificação, questionando-as, com a pergunta: qual é a sua cor e raça? Adotei o conceito de raça como parâmetro de Guimarães¹⁵. A partir dessa compreensão, levei em consideração nos relatos das entrevistadas, as categorias de identificação racial, fenótipo, cor, práticas culturais, técnicas corporais, linguagem, discursos sobre o racismo, sobre o preconceito racial e a cultura negra, vivenciados pelas informantes ou vivenciados pelos outros.

Outras variáveis foram levadas em consideração. A ocupação, renda e escolaridade foram introduzidas com o objetivo de perceber a diferenciação social interna entre as mulheres. O recorte de classe¹⁶ foi fundamental á medida que as experiências afetivas das mulheres investigadas, sua situação de solidão, não estão dissociadas de fatores objetivos, de seus trajetos e de sua posição na hierarquia social baiana e brasileira. Visando esse objetivo, foram selecionadas mulheres de segmentos sociais diferenciados: secretárias, intelectuais, auditoras fiscais, fisioterapeuta, trabalhadoras domésticas, autônomas, educadoras, manicura.

¹⁵ Ver Guimarães, A S. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, Revista *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, julho de 1999, pp.147-156.

¹⁶ Ver a concepção de classe em Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

Outra variável a ser destacada, foi à idade. No grupo das 12 ativistas políticas entrevistadas, oito encontravam-se na faixa etária entre 35 a 45 anos de idade, três, entre 50 e 60 anos e uma com 28 anos de idade. Nesse grupo, chamou-me atenção o fato de ter encontrado apenas uma mulher abaixo dos 30 anos de idade. Embora este estudo não priorizasse uma análise sobre idade/geração, tal categoria não deixou de ser levada em consideração como um fator que altera a situação conjugal e afetiva dos grupos selecionados.

No segundo grupo, entre as treze entrevistadas, sete encontravam-se na faixa etária entre 45-50 anos de idade, duas entre a faixa etária de 18-26, duas, na faixa de 42 e duas, na faixa de 30 anos de idade. Nesse grupo é necessário destacar que só encontrei duas jovens na faixa etária entre 18 a 26 anos que atendessem ao critério geral da pesquisa, ou seja, mulheres sem parceiros fixos. Esta variável torna-se realmente importante quando a discussão é sobre “solidão” entre mulheres, como já demonstraram algumas pesquisas¹⁷.

No próximo item procuro demonstrar como a dinâmica de gênero¹⁸ e sua intersecção com raça, classe e outras categorias, como geração, influenciaram nas escolhas afetivas e nas experiências de solidão das mulheres selecionadas. Para tanto, analiso algumas trajetórias¹⁹ e narrativas²⁰ a fim de demonstrar como práticas singulares expressam contextos sócio-culturais mais amplos.

¹⁷ Ver Berquó, Elza. *Pirâmide da Solidão? Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*, São Paulo, outubro de 1986.

¹⁸ Para uma discussão sobre gênero-raça, ver Collins, Patricia Hill. The social Construction of Black Feminist Thought, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 14, nº 04, 1989; Crenshaw, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, *Estudos Feministas* (01) 2002. pp.171-263; Bairros, Luíza. Nossos feminismos revisitados, *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, IFCS / UFRJ, R.J, 1995; Corrêa, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu* (6/7) 1996 ; Hooks, Bel. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, 1995; Kofes, Suely. *Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações*, Cadernos Pagu, UNICAMP, nº 01, 1993; Siqueira, Maria de Lourdes. Iyámi, Iyá, Agbás: dinâmica da espiritualidade feminina em templos afro-baianos, *Revista Estudos Feministas*, v.3/ nº 2, Rio de Janeiro, 1995; Castro, Mary G. *Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos* (Gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador), XV Encontro Anual da ANPOCS, GT “Relações Sociais de Gênero”, Caxambu, MG, 1991.

¹⁹ Ver o conceito de trajetória em Bourdieu, Pierre. L’illusion biographique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n 62/ 63, juin, 1986, Paris.

Gênero-raça e classe nas trajetórias das mulheres negras

Na análise das trajetórias sociais e afetivas das mulheres, identifiquei alguns eixos estruturadores. Observei que os marcadores sociais relevantes pelos quais suas escolhas afetivas foram estruturadas estavam relacionados com as categorias de gênero, raça e classe²¹.

A articulação entre essas três categorias foi observada a partir da origem social e familiar das mulheres analisadas: Seus pais eram negros e pobres, os homens exerciam trabalhos braçais de baixa remuneração, como operários da construção civil, trabalhadores rurais e outras ocupações que exigiam força física. Suas mães, tias e avós, todas negras e pobres, exerciam o trabalho doméstico remunerado ou eram trabalhadoras rurais. Esse é um fator bastante relevante à medida que vem confirmar os dados estatísticos sobre o perfil social da população negra feminina brasileira²² e a perversa articulação que há entre raça, gênero, classe nas trajetórias familiares das entrevistadas. Essas hierarquias expressam parte daquele imaginário social que atribui as negras à função do trabalho servil (“negra para trabalhar”) e da reprodução sexual nas relações sociais e afetivas²³. Entretanto, pude constatar que as mulheres analisadas tentaram “driblar” as hierarquias sociais descritas. De que forma?

As ativistas e não-ativistas tentaram driblar as barreiras sociais, através do trabalho, da educação, da rede familiar e de ajuda. Isso se verificou na

²⁰ Utilizo o conceito de narrativa na concepção de Kofes, Maria Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. (Tese de Livre Docência, UNICAMP, 1998).

²¹ Sobre a articulação entre gênero, raça e classe na trajetória das mulheres em Salvador, Bahia, ver o trabalho de Macêdo, Márcia dos Santos. *“Tecendo os Fios e Segurando as Pontas”*: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1999).

²² Ver as pesquisas de Bento, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS, UERJ, v.3, n.2, 1995; Lima, Márcia. Trajetória Educacional e Realização Sócio-Econômica das Mulheres Negras, *Revista Estudos Feministas*, IFCS, UERJ, V.3/ nº 2, Rio de Janeiro, 1995. Santos, Martha Rocha dos. *Arranjos familiares e desigualdades raciais entre trabalhadores em Salvador e Região Metropolitana* (1987-1989). (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1996) e Soares, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no Século XIX*, Salvador: EDUNEB, 2007.

²³ Ver Hooks (1995) e Gonzalez (1984) já citadas.

importância que o trabalho doméstico de suas mães/avós/tias tivera na orientação de suas trajetórias sociais e profissionais. A educação, pública e de boa qualidade, foi o principal mecanismo de mobilidade individual das mulheres investigadas, algumas delas reorientaram sua trajetória ocupacional para um destino diferente da de suas mães/avós, galgando novos “degraus” na estrutura social baiana, relatado por algumas entrevistadas como “me mãe dizia: eu não estudei, mas eu quero que meus filhos estudem para ter um futuro melhor”.

Contudo, observei que a mobilidade individual e social entre as mulheres dependeu do grau de capital cultural que seus pais acumularam e das redes de ajuda naquele contexto cultural. Por exemplo, as trabalhadoras domésticas foram aquelas que tiveram mais dificuldade em acumular capital econômico-cultural, em seu percurso. Verifiquei que a maioria iniciou muito cedo no trabalho doméstico remunerado, ainda “meninas”, imersas no trabalho “mal pago”, rotativo, baseado nas relações de exploração²⁴. Tais relações impediram estas trabalhadoras de ter um maior investimento em educação, o que resultou na evasão escolar, dificuldade para conciliar o trabalho e a escola, ou nas péssimas condições da escola pública no curso noturno. Apesar de existir diferenças sociais entre as mulheres desses grupos, há um dado em comum. Todas desafiaram as hierarquias sociais prescritas historicamente. As ativistas, através da política e as não-ativistas, recriando novas relações sociais construídas em outros contextos.

Narrativas

O corpo²⁵ foi uma das categorias mais acionadas nas relações sociais construídas pelas informantes acerca dos sentidos atribuídos às suas escolhas

²⁴ Castro (1990); Kofes, Maria Suely. *Mulher, Mulheres: diferenças e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade*: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1990) e Pacheco (2002; 2008).

²⁵ Para uma discussão sobre corpo, ver Fanon, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*, Rio de Janeiro: Ed.Fator, 1983 e Gomes, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos de identidade negra*, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

afetivas²⁶ e à ausência de parceiros fixos. Foi no corpo que as mulheres perceberam, sentiram e ressignificaram a “solidão”. Isso se evidenciou nos relatos dos dois grupos de mulheres.

O feminismo negro

1) Nos relatos das ativistas políticas, percebi que os sentidos atribuídos às escolhas de parceiros estavam relacionados com categorias de raça, gênero, política e outras categorias. A raça foi acionada por meio de elaborações corpóreas de diferenciações raciais, simbolizadas pela “cor”, traços, fenótipo, estética e cabelo, desdobrando-se em práticas de discriminação racial vivenciadas pelos corpos femininos negros em seu percurso social e afetivo. Na afetividade, a raça é, recorrentemente, acionada como um signo de preferência afetiva por um “outro” corpo, não-negro, cujas marcas raciais se dividiram entre mulher negra x mulher branca: “eles preferem as loiras”.

A raça, também, foi acionada em sua simultaneidade com a categoria de geração, traduzindo-se em elaborações de preconceito racial na adolescência, experimentadas na rejeição das meninas negras e pobres pelos “garotos negros e brancos da escola” e do bairro que “preferiam as meninas de pele clara para namorar”. Raça e geração formam um binômio que organizam o leque de escolhas afetivas das informantes, na sua fase jovem, colaborando para a desvalorização de sua auto-estima negra interpretada e vivenciada através da violência do corpo: negra feia/ branca bonita; pele clara pele retinta; corpo/negro; gordo/magro; corpo assediado; auto-estima baixa/ rejeição.

Na política, os corpos femininos negros foram ressignificados. Isso foi evidenciado na linguagem corporal e discursiva. A política transformou os corpos, antes, negados e perpetrados pela violência do racismo, a violência física, social e simbólica, em corpos revoltados.

²⁶ Para uma discussão sobre escolhas e afetividade na Antropologia e nas Ciências Sociais brasileiras, ver Pacheco (2008), já citada nesse texto (idem). Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras - um diálogo com o tema. *Afro-Ásia*, 34 (2006), pp.153-188.

As mulheres ativistas redimensionaram as relações de gênero à medida que se empoderaram de capitais políticos e simbólicos no plano das disputas de poder com os seus parceiros, no campo político. Isso se expressou em conflitos de gênero no interior do próprio campo, entre homens e mulheres, simbolizados em expressões como: “eles [os militantes] não nos vêem como mulheres e sim como homens”; “para eles, nós militantes somos complicadas, “problemáticas” como eles costumam me chamar”, “os militantes homens são muito machistas”, “um grupo de homens foi expulso da entidade, devido a sua prática machistas para com as mulheres”, “era uma guerra entre as feministas e os machistas no interior da entidade”.

As tensões constantes, marcadas pelo gênero entre os ativistas, impediram as mulheres de manterem relacionamentos afetivos estáveis com seus pares negros militantes “dentro” do campo político. Por outro lado, as preferências afetivas de seus parceiros negros por mulheres “fora” do movimento social, brancas, “loiras” e de “pele clara”; aprofundaram as lutas simbólicas e afetivas entre eles, desdobrando-se nos pares de oposição: ativistas negras x ativistas negros; mulheres negras x mulheres brancas. As relações de gênero foram mapeadas pela política e pela racialização, desorganizando o leque das escolhas afetivas das mulheres ativistas com os seus pares negros militantes, excluindo-as do “mercado afetivo” na disputa com as mulheres brancas e com as mulheres não-ativistas. Evidenciadas em algumas narrativas das informantes: “as militantes assustam os homens”, “uma mulher como eu?! os homens fogem”, “eles preferem mulheres ingênuas, despolitizadas”, “eles preferem as brancas”.

No que se referem às relações afetivas “fora” do movimento social, as ativistas encontraram obstáculos para negociar a política e o afeto com os seus pares amorosos, não-“militantes”. Constatei esse fato de várias maneiras. As mulheres que acumularam capital político e simbólico não conseguiram manter a vida afetiva e ou conjugal, pelo menos depois de se transformarem em ativistas. A resignificação das relações de gênero foi sinalizada como uma mudança de valores tradicionais referentes aos “papéis” que as mulheres deveriam assumir como mães (quando são) ou esposas no cuidado do lar, da família e do marido. Essa quebra foi evidenciada nas narrativas das mulheres entre o “antes” e o “depois” de se inserirem no movimento social e romperem com o modelo de

gênero descrito, percebida por uma ativista dessa forma: “ele [o seu ex-companheiro] disse: - ‘largue o movimento e venha tomar conta dos filhos”, eu abdiquei do casamento e fui viver a minha liberdade”; ou então, “quando eu entrei no movimento negro, o meu casamento dançou”. Tais expressões revelam o quanto o “gênero” foi significativo na desarrumação das uniões conjugais das ativistas com seus pares amorosos “fora” do campo político.

A categoria de gênero foi acionada nas narrativas das ativistas como impeditiva para constituírem um relacionamento afetivo estável com os seus parceiros. Ela apareceu traduzida na questão da poligamia masculina, “fora” do campo político. A metáfora do “mulherengo” informou a dinâmica do gênero (permanências e rupturas) e sua relação com o marcador de raça, revestida em categorias de “dentro” e de “fora”. Os homens de “dentro” do movimento social, segundo algumas informantes, preferem mulheres brancas ou de pele clara ou então mulheres não “militantes”; enquanto os homens de “fora”, além de terem um grande número de parceiras, preferem mulheres que se enquadrem aos modelos normativos das relações de gênero. As ativistas, ao redimensionarem o modelo de relação afetiva convencional, geraram zonas de conflitos raciais [mulheres negras ativistas x mulheres brancas] e de gênero, com os seus parceiros “dentro” e “fora” do campo político (mulheres ativistas x homens ativistas x mulheres não-ativistas], desestabilizando os relacionamentos afetivos com os seus pares. Essas categorizações foram reguladoras das escolhas afetivas das ativistas. Gênero, raça e política delinearam a ausência de parceiros fixos das mulheres desse grupo.

Narrativas sobre gênero e classe

2) No relato das mulheres não-ativistas, os sentidos atribuídos às escolhas afetivas se deram em outros contextos sociais, corporificados pelas hierarquias sociais, evidenciando-se no redimensionamento das relações de gênero e no seu dinamismo com as relações de classe e de raça.

A dimensão do gênero e suas relações foram acionadas nos relatos das informantes desse grupo em dois momentos distintos. Primeiro, na relação entre mulheres e homens negros pobres; segundo, na relação entre mulheres negras de camada média com parceiros negros pobres e com parceiros (homens) brancos estrangeiros.

No primeiro caso, a dimensão de gênero organizou, juntamente com as dimensões de classe e de raça, as escolhas entre mulheres que vivenciaram situações de classe iguais ou semelhantes aos de seus parceiros negros. Isso ficou evidenciado na orientação das trajetórias sociais e ocupacionais dessas informantes. Boa parte delas, teve uma trajetória ocupacional precária, calcada na pobreza e na carência material de seus familiares. Essas categorias foram vivenciadas através do corpo: exploração das relações de trabalho pelas “patroas”, violência física e sexual praticadas pelos “patrões”, dentre outros tipos de violência. Entretanto, destaco que, nas narrativas das mulheres, os atributos de gênero foram mais acionados como des (organizadores) de suas escolhas afetivas com seus parceiros negros.

Os conflitos de gênero foram sinalizados por meio da metáfora do homem “mulherengo”, na questão da poligamia dos pares negros e pobres, do abandono do lar por seus pais/padrastos negros.

As re-configurações do gênero foram identificadas nas narrativas das mulheres negras e pobres na condução da sustentação financeira da casa e na educação dos filhos, sozinhas. Quando uma informante diz “eu sou a chefe da família”, “eu sou pai e mãe”, “eu comprei a minha casa sozinha”; ela aciona categorias que estão relacionadas com marcadores de gênero-classe. A pobreza de seus parceiros negros é traduzida em expressões como “ele ganha muito pouco, não dá pra nada”, “ele não colabora” e nas ocupações que estes exercem, como pintor, pescador, trabalhador rural, marceneiro etc.

Nos discursos dessas informantes, eu não encontrei uma relação direta entre a pobreza de seus pares negros e o abandono da casa e da família, como sugeriram alguns estudos sobre esse modelo familiar na Bahia²⁷. Há, sim, uma relação entre abandono, paternidade e troca de parceiras nos relatos das trajetórias familiares e na narrativa de algumas informantes. A classe e a raça não foram acionadas em suas narrativas. Sugiro que tais categorias foram, também, reguladoras das escolhas afetivas dessas mulheres.

Acredito que a posição de classe e de raça dos homens negros, dos “pretos-pobres de Salvador”, deve ter contribuído para a constituição dessas

²⁷ Ver a pesquisa de Agier, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa Avenida em Salvador da Bahia, *Tempo Social* (Universidade de São Paulo) vol.2, nº 2, 1990. Numa outra perspectiva, ver o trabalho de Hita-Dussel, M.G. *As casas das mães sem terreiro: etnografia de*

mulheres como chefes de família. Isso é uma hipótese, o que não significa dizer que as mulheres investigadas não tiveram poder de escolha. Como demonstrei em alguns relatos, a decisão da separação conjugal não se restringiu exclusivamente ao poder de decisão dos homens. O que importa, nessa discussão, é que as não-ativistas re-elaboraram novos modelos de relações de gênero e de afetividade a partir da construção da feminilidade fora da norma vigente e, ao mesmo tempo, colocaram em questionamento a paternidade /masculinidade de seus parceiros negros e pobres. No dizer de uma das informantes “ele não participava, não ligava para os filhos, “eu é que era mãe e pai ao mesmo tempo”, “eu tenho que me virar sozinha, criar minha filha, sozinha, só isso”.

Sendo assim, posso afirmar que as escolhas afetivas das mulheres negras e pobres foram orquestradas ao tom das hierarquias do gênero, vivenciadas através de noções de paternidade/masculinidade; feminilidade/abandono; chefia feminina / matricentralidade, poligamia /troca de parceiros; perfiladas por classe: pobreza feminina e masculina; o que confirma boa parte das pesquisas que ressaltam a precariedade das condições de trabalho das chefes de família, em sua maioria, negras²⁸. Essas categorias interseccionadas pelo gênero foram percebidas como organizadoras da instabilidade afetiva das mulheres negras e pobres com os seus parceiros, também, negros e pobres. Tal modelo familiar, de mulheres negras e pobres, chefiando seus grupos domésticos, sozinhas, sem parceiros fixos, na Bahia, é visto como um enigma ainda a ser decifrado.

No segundo momento da análise, procurei demonstrar como as mulheres negras que experimentaram ascensão social deram sentidos às suas escolhas afetivas com seus pares negros e brancos.

Nas narrativas das mulheres desse segmento social, constatei que as hierarquias de gênero, raça e classe foram percebidas de modos diferentes se comparadas às mulheres anteriormente analisadas. O gênero e a classe foram interpretados a partir de relações de conflitos entre as mulheres negras de camada média com seus pares negros pobres, devido a questões da paternidade (não responsável), da figura do “gigolô” - do homem negro e pobre “encostado” -

modelo familiar matriarcal em um bairro popular da cidade de Salvador (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2004).

²⁸ Ver pesquisa de Rocha (1996).

na troca de parceiros e nas mudanças dos “papéis” tradicionais de gênero. Nessas novas configurações das relações sociais, as mulheres negras entraram com o capital social e econômico elevado, o que lhes possibilitou maior empoderamento nas relações de gênero diante dos seus parceiros, gerando conflitos e desequilíbrio nas relações amorosas com eles. Isso foi percebido quando relataram as dificuldades cotidianas entre elas e seus parceiros quanto à divisão das tarefas domésticas, expressas na autoridade feminina na casa “ele não se movimenta”, “eu não preciso de um homem para fazer as coisas, consertar o meu chuveiro, a minha pia”, “eu tomo a decisão sozinha”.

O imbricamento das relações de gênero e classe foi marcado, simbolicamente, pela figura do “gigolô”. Este foi representado como o homem negro, desprovido de capitais econômico-sociais e simbólicos, que entrara no mercado das trocas financeiras e afetivas com suas parceiras cujo *status* social e econômico é bem mais elevado do que o seu. A relação de troca se deu em pólos contrastantes de masculino-feminina. Isto é, as mulheres entraram com o investimento financeiro em troca do retorno afetivo de seus pares negros e pobres. Todavia, a inversão das relações de gênero, em que as mulheres se apropriaram do poder econômico, desorganizou as relações afetivas entre as informantes e seus pares amorosos. Elas, apesar de fazerem um grande investimento financeiro nas suas relações afetivas, saíram “perdendo” no “mercado das trocas afetivas, materiais e simbólicas”, “a lei da troca” não foi muito “rentável” para as “apostadoras”, como registrou uma informante “eu quebrei a cara”; “eu poderia ter virado o jogo”.

Os conflitos de gênero foram percebidos pelas entrevistadas, a partir de outros referenciais. A questão da paternidade (não responsável) foi um elemento que desequilibrou o “jogo” das uniões afetivas entre ela e seus parceiros. Entretanto, a sua autoridade, enquanto uma mulher dotada de capitais sócio-econômico e cultural, a transformou em uma mãe “moderna” e “independente”, criando zonas de conflitos marcadas por atributos de gênero, *status* (classe) e de autoridade (prestígio) nas relações. Por outro lado, as informantes colocaram em xeque as ideologias do modelo patriarcal dominante, questionando a

masculinidade e a paternidade, a falta de compromisso dos homens para com a educação dos filhos. Tais ideologias foram analisadas sob o prisma de categorizações contestatórias de gênero, significadas dessa forma: “ele é um pai irresponsável”, “eles vão fazendo os filhos e largando por aí”, “sou eu quem sustento meu filho sozinha”. Gênero, aqui, é um lugar constituído por lutas políticas e simbólicas travadas pelos agentes em disputa. Dentre essas lutas, as hierarquias de gênero e de classe tensionaram mais do que as de raça, impedindo o modelo de relacionamento afetivo estável entre mulheres negras de camada média com homens negros de camada popular.

Narrativas sobre corpo, gênero e raça

Na relação entre mulheres negras de camada média e homens brancos estrangeiros, constatei que a raça foi reguladora no desmantelamento das relações inter-raciais, manifestadas pelas ideologias do racismo, nas construções de estereótipos negativos engendrados nos corpos negros femininos. Essas elaborações foram sinalizadas nas narrativas das informantes, como “a negra que quer se dá bem com o gringo”, expostas no imaginário social. As categorias de raça, gênero e geração e, com menor peso, a de classe, foram interpretadas na sexualização / erotização dos corpos de meninas negras e pobres estigmatizadas em lugares públicos devido à sua “condição” racial e sexual. Esse imaginário social e coletivo, não permitiu às informantes, apesar das várias estratégias para burlarem a falta de parceiros fixos, que transcendessem as barreiras da raça (e seu colorário, o racismo) por meio de estigmas inscritos nos corpos negros femininos: da “prostituta”, da “negra que quer se dá bem com o gringo”, da sexualização, do “corpão”, do “bundão”. Gênero e raça foram às categorias constituintes da ausência de parceiros fixos das mulheres negras de camada média com os seus pares brancos estrangeiros.

A solidão

Para as mulheres ativistas, a ausência de parceiros fixos ganhou várias denominações. O conceito de solidão foi acionado recorrentemente e quase

sempre relacionado com a ausência de alguém para constituir um relacionamento afetivo durável, uma união, uma vida conjugal, um projeto familiar, “uma vida a dois”. Como disse uma informante “para mim, estar sozinha, sem alguém, não é estar bem, eu não estou a fim de ficar só, eu não quero ficar só”.

A solidão foi percebida através de outras teias de significações, ganhando vários significados nas narrativas das mulheres desse grupo, como sofrimento, dor, vazio, diferença, falta, infelicidade. Foi associado a sentimento, emoção, escolhas, “trocas”, traição, preferências, negros / brancas/ pele escura, pele clara, branca, negra, retinta, auto-estima, corpo, preconceito, sexualidade, discriminações, racismo, negação, rejeição, belo / feio / gorda / magra / violência, feminismo; machismo, igualdade / diferença. Traduzindo-se em ausência de companheirismo, solidariedade, respeito, igualdade; em amor ideal, romantismo e completude.

As ativistas procuraram superar e ressignificar à solidão, ou ausência de parceiros fixos, através da política e de outras relações sociais construídas no trabalho, na comunidade, no sindicato, na família, nas redes de amizade, no lazer, no bairro, nas novas redes de relações sociais e afetivas enunciadas em metáforas como “eu vou tocando o barco sozinha”, “estou sozinha, mas estou bem”; na realização profissional, na maturidade, na independência, no poder e na *liberdade*, como disse uma ativista: *entre a militância e um companheiro, eu prefiro a política*, ou na religião: “o Candomblé não é uma religião de solidão”.

Para as mulheres não-ativistas, a ausência de parceiros foi significada em categorias como “solidão”, “sozinha”; “solitária”, “sós”, ausência de um parceiro, de alguém. Ganhou outros significados associados à “casa”, ao trabalho, à cor/raça, à pobreza, à profissão, à falta de companhia, à amizade, a separação conjugal, à frustração, desilusão, decepção, ilusão, abandono, *status*, “troca”, a falta de compromisso, a “ficar”, “transar”, “banda vô”, “passageiro”, “mulherengo”, “gigolô”, “transitório”, “tristeza”, “afeto”, “sentimento”, poder e corpo.

A solidão para essas mulheres esteve associada à falta de um parceiro que compartilhasse de um mesmo *status* social. Nesse sentido a solidão foi lida através das relações de classe, raça e gênero.

A solidão foi mencionada com relação à “troca”, tanto a trocas afetivas quanto à trocas financeiras, traduzidas em metáforas como “eu quebrei a cara”,

“eu poderia ter “virado o jogo” referindo-se ao investimento financeiro que fizera na relação amorosa com o seu parceiro. Tal investimento seria uma forma de burlar a solidão. “Eu quero uma pessoa para ficar comigo, que esteja interessado em mim[...] se não for assim, eu chego a conclusão que eu funciono melhor sozinha”. Ou então no figura do “gigolô”, do “homem encostado”, “que só quer se relacionar com mulheres com poder aquisitivo”, e da falta de responsabilidade paterna.

Estas razões teriam contribuído para a solidão entre as mulheres desse grupo, isso se traduziu na separação conjugal, geralmente partindo das decisões das esposas, no dizer de uma informante “eu mandei ele pegar a pista”, referindo-se ao término da relação; ou então, em expressões como “ele não participava, não ligava para os filhos, eu é que era mãe e pai ao mesmo tempo”.

Considerações

Posso afirmar que as mulheres negras investigadas, dos dois grupos estudados, tentaram burlar a solidão, isto é, a ausência de parceiros, atribuindo-lhes significações produzidas numa rede de emaranhados de categorias que denotam maneiras de pensar e de negociar às suas escolhas, na busca por outros caminhos, novos espaços sociais. Esses espaços se materializaram no trabalho, na família, na política, na comunidade, no bairro, na escola, no sindicato, na religião; produziram novas redes de relações sociais, redefinindo-as, quebrando tabus, lutando contra a opressão, politizando os seus corpos por meio de novos contextos corporificados. Isso pode ser evidenciado na fala de uma informante, trabalhadora doméstica, não-ativista: “estou só, sou gorda, negra, mas me sinto bonita, amo a vida, visto tudo, inclusive maiô para ir á praia, entro em qualquer lugar de cabeça erguida, adoro meu cabelo “duro”, estou pronta para a vida e aberta ao amor”.

A solidão foi lida, na maioria das vezes, por essas mulheres, como um signo de libertação e não de submissão como quer o “feminismo” descontextualizado, que insiste em negar as diversas experiências (sociais e afetivas) dos sujeitos e de seus corpos, que nem sempre são “brancos de classe

média e heterossexual”. A solidão é uma categoria ambígua, circulante, é um signo “público” no dizer de Geertz²⁹.

Bibliografia

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa Avenida em Salvador da Bahia, *Tempo Social* (Universidade de São Paulo) vol.2, nº 2, 1990.

ALMADA, Sandra. *Damas Negras - Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Sousa, Zezé Motta*, Rio de Janeiro: MAUAD, 1995.

BAIRROS, Luiza. Mulher negra: reforço da subordinação. In: João J. Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Luíza. Nossos feminismos revisitados, *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, IFCS / UFRJ, R.J, 1995.

BARROS, Zelinda dos Santos. Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2003).

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS, UERJ, v.3, n.2, 1995

BERQUÓ, Elza. *Nupcialidade da população negra no Brasil*, Núcleo de Estudos de População (NEPO), UNICAMP, texto nº 11, São Paulo, agosto de 1987.

_____. Elza. *Pirâmide da Solidão?* Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Paulo, outubro de 1986.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n 62/ 63, juin, 1986, Paris.

_____. Pierre. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CARNEIRO, Sueli e **SANTOS**, Theresa. *Mulher Negra*, São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1988;

_____, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social, *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UERJ, vol.3, n.2, 1995

²⁹ Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, 1989.

CASTRO, Mary G. *Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos (Gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador)*, XV Encontro Anual da ANPOCS, GT “Relações Sociais de Gênero”, Caxambu, MG, 1991.

COLLINS, Patrícia Hill. The social Construction of Black Feminist Thought, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 14, nº 04, 1989.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu* (6/7) 1996.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, *Estudos Feministas* (01) 2002. pp.171-263.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*, Rio de Janeiro: Ed.Fator, 1983 e **FERNANDES**, Florestan. *A integração do Negro na sociedade de classes*, volume 2, 3ª edição, São Paulo Ática, 1978 [1965].

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos de identidade negra*, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZÁLES, Lélia e **HANSENBALG**, Carlos. *Lugar de negro*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982

GONZÁLES, Lélia. Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira, *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1982, [1980].

GUIMARÃES, A S. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, julho de 1999, pp.147-156.

HITA—DUSSEL, M.G. *As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em um bairro popular da cidade de Salvador* (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2004).

HOOKS, Bel. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, 1995.

KOFES, Maria Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações, *Cadernos Pagu*, nº 01, 1993.

_____. Maria Suely. *Mulher, Mulheres: diferenças e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1990)

_____. Maria Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. (Tese de Livre Docência, UNICAMP, 1998).

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres Negras, *Revista Estudos Feministas*, IFCS, UERJ, V.3/ nº 2 , Rio de Janeiro, 1995.

MACÊDO, Márcia dos Santos. “*Tecendo os Fios e Segurando as Pontas*”: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1999).

MOREIRA, Diva e **SOBRINHO**, Adalberto Batista. Casamentos inter-raciais: o homem negro e a rejeição da mulher negra in: Costa e Amado (orgs.). *Alternativas escassas, saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*, Rio de Janeiro: FCC, Editora 34, 1994., pp.83-107.

MOREIRA, Núbia Regina. *O Feminismo negro brasileiro: um estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2007)

OLIVEIRA, Lúcia Helena; **PORCARO** Rosa Maria e **ARAÚJO**, Teresa Cristina N. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE; 1985;

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “*Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar*”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2008).

_____. Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, *Temáticas*, Campinas, 11(21/22): 11-48, jan./dez.2003, pp.11-48.

_____. Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e política na trajetória de uma mulher negra chamada Zeferina. In: Almeida et alli (orgs.). *Gênero em matizes*, São Paulo: CDPAH/ EDUSF, 2002. pp.263-84.

_____. Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras - um diálogo com o tema. *Afro-Ásia*, 34 (2006), pp.153-188.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, *Estudos Feministas*, (2), 1995.

ROSALDO, Michelle. Toward na Anthropology of self and feeling in Shweder, R.A and Levine,R.A .(eds.) *Culture Theory- Essays on Mind, Self , and Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SANTOS, Martha Rocha dos. *Arranjos familiares e desigualdades raciais entre trabalhadores em Salvador e Região Metropolitana (1987-1989)*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1996)

SCALON M.C.R da C. Cor e seletividade conjugal no Brasil, *Estudos Afro-Asiáticos*, (23)17-36, dezembro de 1992.

SILVA, Jônatas Conceição da. História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In Reis, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade. estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

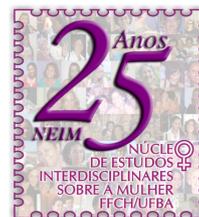
SILVA, Nelson do Valle. Estabilidade temporal e diferenças regionais no casamento inter-racial no Brasil, *Estudos Afro-Asiáticos*, (21), dez 1991. pp.49-60

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Iyámi, Iyá, Agbás: dinâmica da espiritualidade feminina em templos afro-baianos, *Revista Estudos Feministas*, v.3/ nº 2, Rio de Janeiro, 1995.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no Século XIX*, Salvador: EDUNEB, 2007.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GT – Raça e Etnia
Genivaldo Silva das Neves



A presença da policial feminina com características afro-descendentes na polícia militar da Bahia

O objetivo deste estudo é analisar o papel da mulher negra no desempenho da atividade profissional na sociedade contemporânea. Focalizo, principalmente, o papel da atividade policial militar desempenhada pela mulher e, sobretudo negra na Polícia Militar da Bahia, na Cidade de Salvador, sem se voltar para as Unidades instaladas no interior do estado neste primeiro momento. Meu interesse em estudar a atividade policial feminina é justificado por considerar uma profissão eminentemente masculina, procurando averiguar com se dar a relação masculina x feminina no âmbito do quartel, como essa relação de poder se estabelece, além dos riscos eminentes decorrentes da própria missão.

A necessidade de prover-se concorreu para o aumento da mulher no mercado de trabalho. Essa ansiedade pela procura por emprego era quase que exclusivamente dos homens, pois na condição de provedor da família tinha como atribuição realizar atividades produtivas para sobreviver com a sua prole. Hoje essa realidade mudou! A mulher preparou-se e partiu para o mercado de trabalho. Àquelas que ainda assim não puderam se qualificar romperam com apatia do lar e foram trabalhar como doméstica. Com a saída da mulher do lar para o trabalho quebra-se a hegemonia paterna, fator esse que colaborou para o aumento e conseqüentemente o agravamento dos conflitos entre os atores sociais. Assim, a mulher ao ser inserida no mercado de trabalho passou a ter dupla ou até tripla jornada de trabalho já que não conseguiu livrar-se do trabalho doméstico. A ela cabia, ou melhor, ainda cabe cuidar da prole, dos afazeres domésticos e também exercer uma profissão extra ao lar recebendo salário menor do que o homem.

A mulher vem lutando já algum tempo pela sua inclusão nos espaços sociais, deixando de lado o estereótipo imposto pela sociedade machista de mulher passiva, verdadeira dona de casa para firmar-se como profissional, e, assim, galgar posições nos mais diversos campos do saber e do poder, como o político, empresarial, intelectual, econômico e, também nas Instituições Militares (as forças armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica) e nas Polícias Militares e Federais do Brasil. O ingresso da mulher na corporação retrata esta realidade social. Nós estamos assistindo a cada dia a migração da mulher do campo privado (lar) para o espaço público. Espaço este que era considerado masculino, porque a mulher sempre ocupou o espaço privado, quase que predominantemente feminino.

No Estado da Bahia, a incorporação da mulher ao serviço policial ocorreu com a criação da Polícia Feminina na Polícia Civil³⁰, em 1956, no Governo Antônio Balbino, estruturada, à época, como ramo especial da então Guarda Civil da Bahia. Tinha como missão: Execução do policiamento ostensivo, auxiliar as autoridades públicas no trato com a assistência social com a finalidade de substituir os elementos do sexo masculinos nas operações que envolvessem mulheres, crianças, família e os bons costumes. Atualmente, além do aspecto do trato com mulheres, crianças, idoso etc. foi também, para ajustar a exigência de preceito constitucional, constante no caput do artigo 5º da Constituição Brasileira, que prescreve a igualdade de todos os brasileiros/brasileiras sem distinção de sexo para os acessos aos cargos públicos. E por que não na estrutura da Polícia Militar?

A Policial Feminina ou a PM FEM, como é conhecida na caserna e na sociedade foi criada pelo Governador Nilo Coelho, em 1989, sob a estrutura de Companhia Independente, tendo competência para executar o policiamento ostensivo e atividades auxiliares na região metropolitana de Salvador, e no Estado da Bahia, desempenhando suas atividades em postos especiais, instalados no aeroporto, estação de transbordo rodoviário e ferroviário, hospitais, juizado de menores. É um seguimento novo no âmbito da centenária Polícia Militar da Bahia.

³⁰ Decreto nº. 16.639 de 7 de novembro de 1956. APUD Jesuína Maria Gonçalves dos Santos et. al. *A Mulher na Polícia: Análise da Contribuição da Mulher para a Segurança Pública no Estado da Bahia*. 2003. pág..27.

A Corporação Policial Militar foi criada em 1825 há 183 anos passados, quando na época era chamada de Corpo de Polícia. Após 164 anos da sua existência, o governador da Bahia criou a Polícia Feminina em 1989. Enquanto aquela tem muito mais de 150 anos, está acaba de completar 19 anos de sua criação. O seguimento feminino nos quadros da corporação fez parte de um conjunto de mudanças sofridas pelas Polícias Militares em todo o Brasil com o fim da ditadura. A sociedade exigia um novo modelo de policiamento urbano, adequado à democracia e aos princípios dos Direitos Humanos. Assim a presença das mulheres assumia uma missão saneadora, que ajudava a tornar o serviço policial mais humano.

Hoje a mulher na PMBA, desempenha a sua atividade na área administrativa como também na operacional tentando acabar com essa visão dicotômica de que a policial feminina deve trabalhar internamente e que o policial militar deve exercer a sua missão no Policiamento ostensivo (atividade externa). Com a unificação do quadro (policiais femininos e policiais masculinos) abriram-se concursos para soldado da Polícia Militar, ambos os sexos. Neste concurso houve uma elevada aprovação de mulheres, inclusive ocupando os primeiros lugares na classificação. Com base no resultado desta seleção, a Corporação incorporou aos seus quadros um número significativo de mulheres, a partir deste episódio, a cúpula da Instituição passou a repensar os concursos para o ingresso delas no contexto policial militar.

Nos concursos seguintes foi estipulado um percentual aleatório de 5% do total de vagas para o ingresso das mulheres nos quartéis sem nenhum embasamento jurídico. Essa medida teve como objetivo diminuir a participação feminina nas fileiras da Polícia Militar, levando em consideração a atividade policial militar. Hoje na Polícia Militar da Bahia, é fixado nos concursos para ingresso das mulheres o percentual de 10% das vagas totais do certame, ainda assim sem nenhum preceito legal ou científico. Acredita-se que a PMBA deve ter-se inspirado em legislações estaduais que limitam o acesso das mulheres em suas organizações, como é o caso da Polícia Militar de Brasília que fixou em 10%, Goiás em 10%, Maranhão em 10%, Minas Gerais em 5%, Paraíba em 5%, Paraná

em 6%, Roraima em 4% e Santa Catarina em 6% (MUSUMECI, 2005). Através desses percentuais disciplinou-se o acesso das mulheres nas corporações, uma espécie de cotas, contrariando a Constituição da República Brasileira que preceitua direito e oportunidades iguais para todos.

No primeiro momento a presença feminina na Corporação Policial Militar criou um clima de expectativa, desconfiança e dúvidas em relação ao emprego dessas mulheres no policiamento ostensivo. Mas graças a competência a mulher foi pouco a pouco adquirindo confiança tanto do público interno como do externo e numa quebra de paradigmas foi ocupando dia a dia seu lugar na Corporação. Apesar de que há policiais masculinos que só admitem policiais femininas nas atividades administrativas – serviço burocrático:

“A mulher para ser policial militar tem que ser machona. Tem que ter natureza de macho para o exercício da atividade Policial Militar, pois é uma profissão perigosa e a mulher vai ter que enfrentar a violência fora dos quartéis na sociedade, por isso que deve trabalhar no serviço burocrático-administrativo”. 1º Sgt. PM 01.

Na contemporaneidade, não faz mais sentido esta divisão sexual do trabalho, mas infelizmente ainda permanece. Não se deve continuar com essa discussão a respeito de trabalho exclusivo para homem e trabalho favorito para mulheres. Pois as atoras sociais estão engajadas praticamente em todas as frentes do labor que outrora era considerada tipicamente masculina. Há mulher exercendo a função de pedreira até Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, porém, a sociedade ainda vê essas profissionais como algo inusitado ao desempenho dessas atividades sociais. Será que podemos definir ou delimitar qual é a atividade típica de homem e de mulher? Já que elas estão desempenhando de maneira igual ou às vezes superiores as mesmas atividades dos homens! A luta da mulher pela democratização nas relações de gênero persistiu sendo ampliada com a Constituição Federal de 1988.

As policiais militares femininas ainda vão demorar um pouco para galgarem à cúpula da Corporação e poder influenciar na condução das políticas e nas

tomadas de decisões visando o destino da Organização Policial Militar. Porque elas contam somente com 19 anos numa Instituição de 183 anos, além de serem minoria nos quartéis e contarem com um percentual bem menor que é reservado para elas nos concursos públicos para preenchimento de vagas no quartel. Estes fatores concorrem para a demora delas à ascensão aos diversos cargos e graduações na Polícia Militar em relações aos policiais masculinos que estão na PMBA há 183 anos. Por isso que elas ainda não tiveram tempo suficiente isolada ou em conjunto para já terem alcançadas todas as etapas que conduzem aos postos mais elevados na Polícia Militar: – Tenente Coronel e Coronel PM - postos de comando, e de tomadas de decisões no âmbito interno relativos ao que se propõem a Polícia Militar. Hoje o posto mais elevado atingido pelas policiais femininas é o de Capitã PM, contendo 82 oficialas, neste posto intermediário. A presença das mulheres na área de segurança pública se consolida dia a dia. Na PMBA, em 2008, elas formam um contingente de 3.740 policiais femininas, do efetivo total da Corporação de 26.951, sendo que 23.211 são policiais masculinos³¹. Ao contrário das Polícias Militares dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, cujo ingresso das mulheres nos seus quadros se verificou nos anos de 1959 e 1982 tempos suficiente para as policiais femininas galgarem ao posto máximo na Corporação o de coronela a exemplo da Cel. PM. FEM. Vitória Brasília de Souza Lima e Cel. PM. FEM Lílian Tereza Vieira Lima.

A Policial Feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia. - Falar de mulher negra no Brasil é falar de uma vida de exclusão onde sempre estão presentes as variáveis sexo, racismo e pobreza no dia a dia dessas atoras sociais. Quando partimos para estudar a mulher e policial militar no âmbito da Corporação verificam-se algumas nuances de poder/gênero nas relações entre os pares nessa atividade profissional que até pouco tempo era exclusivamente para homens. Quando o estudo é sobre a mulher negra na corporação policial militar há mais complicações porque é principalmente sobre a mulher negra que recai todo o peso da herança colonial, onde o sistema patriarcal apóia-se solidamente com a herança do sistema escravista. Ao analisarmos a

³¹ Departamento de Administração da PMBA, em 15.05.2008.

situação da mulher negra no Brasil temos que partir dessa desigualdade histórica entre a mulher branca e a negra, abordando os avanços e obstáculos de gênero, a partir do referencial de raça.

“No caso das mulheres negras, a discriminação é dupla, de gênero e de raça. Muitas são submetidas a trabalhos precários, de baixa remuneração, violência e abuso sexual, além do abandono que as obriga a assumirem sozinhas o sustento de suas famílias.” (Pres. Luiz Inácio Lula da Silva – discurso de posse da SEPPIR, Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial).

A discriminação da mulher negra na estrutura da Polícia Militar da Bahia se dá de uma forma lenta, por isso quase que imperceptível, sem desprezar a vertente que a maioria das mulheres na Corporação é negra e ainda assim há interferência no acesso à ocupação dos cargos na esfera administrativa. O que não ocorre em relação à atuação no policiamento ostensivo o que se torna relevante ao se tratar do aspecto como a sociabilidade nas relações entre os pares, a mobilidade social, admitindo-se, em primeiro momento, que existe uma percepção sobre a discriminação racial, todavia a estratégia do “embranquecimento” pode possibilitar êxito na carreira policial militar, inclusive com ascensão a determinadas funções.

TELLES (2003) mostra como os negros e mulatos passariam a ascender socialmente à medida que houvesse diminuição destes segmentos populacionais resultante da mescla de brancos com não-brancos, chegando ao “branqueamento”. Para Telles, o branqueamento tornar-se-ia uma ideologia popular, que categorizava o valor ou a qualidade de um indivíduo com base na raça. Entretanto o modelo de sociedade construída e mantida no Brasil não contemplava, até pouco tempo, a capacidade do negro e seus descendentes de intervir na realidade social, pelo contrário, pouca condição de sobrevivência e de existência social foi proporcionada aos negros. Ao deixarem à condição de escravos, as estruturas coloniais persistiram em privá-los das oportunidades de serem reconhecidos, não só como sujeito de direito, mas, sobretudo, de poder construir sua vida numa sociedade marcadamente preconceituosa, com

oportunidades reparadoras em decorrência do longo e estrutural processo de exclusão sócio-econômica.

SANSONE (2002) retrata a problemática da cor, especificamente na Polícia Militar do Rio de Janeiro. O autor, muito embora não trate da negritude feminina na Corporação Policial Militar, traz grandes contribuições quando aponta a interligação da cor e da classe e a complexidade da criação da identidade no âmbito militar. Admite que a PMRJ tenha sido um importante veículo de mobilidade social para os afro-brasileiros. Neste sentido, verificou que os afro-brasileiros desenvolveram um conjunto muito complexo de atitudes dentro dessa corporação: “os policiais negros geralmente se sentem protegidos pela Corporação; a despeito de todos os riscos possíveis que correm eles afirmam conhecer poucas outras situações em que os brasileiros negros possam sentir-se “gente” como na PM”. No entanto, a mulher negra tem que dispor de uma grande “estratégia” para superar as dificuldades que se impõem na busca da sua cidadania. Poucas mulheres negras conseguem ascender socialmente e ganhar visibilidade. Contudo é possível constatar que está ocorrendo um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos anos. Um exemplo a ser mostrado é a Coronela Vitória Brasília de Souza Lima, mulher negra, que chegou ao mais alto cargo ocupado por uma mulher negra na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

No Setor de Identificação da Polícia Militar da Bahia, não é permitida a auto-declaração. O policial, tanto faz masculino ou feminino, não pode se auto-declarar negro ou negra. Há no serviço de identificação da Corporação uma equipe composta de policiais militares identificadores que ainda se baseia nos critérios determinados pelo Exército Brasileiro, (Criação do serviço de Identificação do Exército Brasileiro em 1916)³² que identifica a Praça e o Oficial, frustrando-lhes o direito de se auto-declarar negra ou negro; impedindo que conste em sua ficha de identificação como ele próprio se reconhece e quer ser reconhecido e não como os identificadores oficiais os reconhecem, impossibilitando de constar nos

³² **Ministério da Guerra. Serviço de Identificação do Exército. 1916, pág. 01/08, acrescido do Documento do Departamento de Administração. Serviço de Administração de Pessoal. Setor de Identificação de Pessoal. 2007. págs. 01 e 02.**

assentamentos de cada policial militar os seus sinais fenotípicos. Daí a irresignação da Soldado PFEM A: “Sou negra, ou melhor, negona, não interessa como conste nos meus assentamentos na PMBA, o que interessa é como eu me sinto. Negona”. MUSUMECI (2005) relata que nas polícias brasileiras não há classificação auto-atribuída. Ressalta ela que a PMERJ é a única corporação que, desconsiderando instruções expressas, acrescentou uma nova coluna ao formulário-padrão no efetivo feminino, distribuindo-se entre as categorias “branca”, “preta”, “parda/mulata” e “morena”, sendo que esta última categoria abarca nada menos que 24% do total de mulheres com raça ou cor informada. A autora chega à conclusão de que as polícias militares são instituições racialmente democráticas, mais do que as outras polícias brasileiras (civis e federais), em cuja cúpula (delegados) há forte sobre-representação dos brancos em relação à população negra.

Há uma situação inusitada na Polícia Militar da Bahia em face da identificação não atribuída, conseqüentemente, não há negros ou negras nas suas fileiras, pois, segundo os identificadores, somente é considerado negro ou negra aquele/aquela que nasce na África e permanece no seu país de origem. A partir do momento em que os africanos foram compelidos a deixar o seu torrão natal e desembarcaram no novo mundo, perderam a sua identidade originária africana. Segundo o setor de identificação da PM/BA, negro somente o africano puro (legítimo) e a partir do momento em que o africano se misturou aqui no Brasil, deixou de ser africano legítimo. É por isso que nas fichas de identificação analisadas não se encontraram negras e sim, pardas, pardas claras e pardas escuras. Como entender essa situação, quando o racismo no Brasil é de marca, isto é, prevalecem os traços fenótipos e não genótipos; além do mais como se pode conceber que vivemos numa sociedade quase eminentemente negra e a Polícia Militar não tem nos seus quadros nenhum elemento negro? Também não se encontraram brancas, pois não foram visualizados nas policiais identificadas traços puros europeus. Quando a policial tem o nariz afilado (traço europeu), tem os lábios grossos (traços africanos). Ou quando tem os cabelos lisos castanhos

claros (traços europeus) tem o nariz achatado (traço africano). Portanto, não existem traços puramente eurocêntricos que possam classificá-la como branca.

Para Telles (2003), a raça no Brasil se baseia principalmente na cor da pele de uma pessoa, sua aparência física, e não na descendência africana. É a marca exterior da pele que prevalece e não o sangue. Há uma identidade negra na Corporação. Mulheres e homens negros que fazem parte da estrutura da Polícia Militar garantem que estão inseridos na atividade policial militar e têm consciência de que são negros e que num determinado momento a cor da pele poderá interferir negativamente para a ocupação de função dentro e fora da instituição. Alegam que não há discriminação racial marcante, porém veladamente sim:

“ Sd. PFEM A: “Não há discriminação de pessoa para pessoa na corporação, entretanto, quando o negro não tem um “peixe” para dar um empurrãozinho, ele não consegue trabalhar num local melhor. Então considero essa situação como discriminatória”. Sd. PFEM B: “Geralmente, na indicação para ocupação de determinados postos/funções, se tiver uma policial branca, logicamente que a branca será indicada e a negra não”.

Essa identidade racial não incomoda, pois há uma convivência harmoniosa entre negros e brancos na comunidade miliciana, além dos negros serem maioria nos quartéis, o que não causa nenhum estranhamento, pois se vive numa cidade predominantemente negra, a maior capital negra fora da África. A estranheza está no fato dos negros serem maioria e ainda assim são poucos os que se encontram em posições privilegiadas como em gabinetes e em órgãos de certa importância e visibilidade dentro e fora dos quartéis. Como a cor da pele está na aparência, portanto não é algo que se possa omitir, esconder ou escamotear, existe a evidência de que a cor da epiderme interfere ou influencia nas ocupações de cargo na PMBA. A pesquisa mostra que 29,2% afirmaram que a cor da sua epiderme tem interferido ou influenciado negativamente para as indicações de cargo. É um percentual alto, quase 30% das policiais femininas demonstraram que a cor da sua pele por vezes atrapalha nas ocupações de cargo. O que demonstra um dado preocupante, pois não pode haver em nenhuma organização, principalmente pública a figura do racismo institucionalizado, quando se sabe que todos são iguais perante a Constituição Brasileira. Esta conduta vai de encontro

às leis pátrias que vigoram no país e que buscam acabar com a discriminação contra a mulher, o idoso, o deficiente, o adolescente e a criança na sociedade brasileira.

Das policiais femininas que participaram da pesquisa 11,7% informaram que sofreram discriminação pelo fato de ser mulher negra e policial. É preocupante quando afirmam que sofreram discriminação, pois nesse contexto essas mulheres estão sendo submetidas a dois tipos de discriminações: uma de gênero e outra de cor, e ainda como se não bastasse o fato de ser mulher e está exercendo as suas atividades numa Organização policial militar que outrora era eminentemente masculina, este argumento concorre para acirrar essa discriminação. Não pode existir esse tipo de conduta em pleno século XXI em nenhum seguimento da sociedade e, principalmente na Corporação quando foram realizados estudos prévios sobre o ingresso da mulher na PMBA. A idéia foi mais facilmente assimilada pela cúpula da PM, o que não foi de imediato pela tropa, por isso pode ainda haver atitudes e comportamentos preconceituosos e discriminatórios isolados em relação a policial feminina na Bahia.

Portanto faz-se necessário diante desses fatos averiguarem o desempenho das policiais femininas negras nas atividades de segurança pública. Vejamos.

TABELA 3 - Desempenho da atividade da Policial Militar Feminina

Respostas	Freqüência	Percentual
Unidade Administrativa	56	34,8
Unidade Operacional	79	49,1
Em repartição fora do âmbito da Corporação	1	0,6
Outros órgãos	16	9,9
Sem Resposta	9	5,6
Total geral	161	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor no período de janeiro/2008

Analisando os dados constantes na tabela acima, verifica-se que as policiais femininas negras desempenham as suas atividades policiais militares nas Unidades Operacionais, fazendo o policiamento ostensivo nas vias públicas, perfazendo um percentual de 49,1%, praticamente metade do efetivo das policiais negras trabalham nas áreas operacionais. Nas Unidades Administrativas, elas somam um percentual de 34,8% o que não chega nem a 40% do emprego delas trabalhando em atividades fora da operacionalidade, o que contraria o percentual de mulheres negras na PMBA 93,5% e não se vê essa mesma correspondência em relação à ocupação de postos nas repartições administrativas. É até aceitável que o emprego de policiais negras na operacionalidade seja maior em decorrência delas serem maioria na Corporação. Em contrapartida, essa proporção deveria ser também não somente em relação ao serviço operacional, mas também nos postos de atividades administrativas e em funções exercidas em outros órgãos fora da Corporação.

Em repartição fora do âmbito da corporação e em atividade que não é operacional, tem-se um percentual de 10,5%, que somados aos 34,8% dos serviços em unidades administrativas no âmbito do quartel, não atinge nem 50%. Permanecendo assim o enfoque de que as policiais negras estão realmente sendo empregadas nas áreas operacionais. Não que não deveriam estar nesta atividade, ao contrário, porém o que se busca é uma proporção no emprego das policiais femininas negras tanto nas áreas operacionais como também nas administrativas. Assim, pode-se averiguar o montante de mulheres negras que são empregadas no serviço externo - operacional.

TABELA 4 – Número de policiais femininas negras que declaram já ter trabalhado no policiamento ostensivo de rua.

Respostas	Freqüência	Percentual
Sim	151	88,3
Não	16	9,4
Sem Resposta	4	2,3

Total	171	100,0
-------	-----	-------

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor no período de janeiro/2008.

Os dados acima confirmam que 88,3% das policiais negras foram empregadas na atividade operacional fazendo a segurança pública da coletividade, combatendo a marginalidade. No entanto, somente 9,4% delas não trabalharam no serviço operacional, o que significa um percentual ínfimo em relação àquelas que estão na operacionalidade - atividade fim da Corporação. Finalmente, somente 2,3% não informaram se já trabalharam ou não no PO, percentual que pode ser desconsiderado em relação aos 88,3% na atividade fim da Instituição. Assim, confirma-se que quase todas as policiais negras já exerceram as suas atividades policiais no âmbito das Unidades Operacionais. Elas atribuem o fato de serem escaladas para a área operacional, setor considerado atividade fim da corporação pelos seguintes motivos:

Sd. PFEM C: "A cor da pele mais clara influencia nas "melhores" posições ocupadas na atividade policial militar" Sd. PFEM. D: "Devido à aparência pessoal" Sd. PFEM. E: "Discriminação e preconceito". Sd. PFEM. F: " Existe uma identificação da cor da pele com o local do serviço" .

O fato de ser maioria não viabiliza somente ao serviço em atividade fim da corporação. Ao contrário, esse fator é o passaporte, para o desempenho delas em todas as áreas de atividade da PMBA. Em relação à policial considerada "branca," geralmente está desempenhando as suas atividades em locais considerados privilegiados o que estabelece contraste em relação às atividades desenvolvidas pela policial "negra".

No caso da mulher policial militar negra a situação é diferente, pois não lhe dar oportunidade de escolha ou opção do local para o desempenho da sua atividade laboral. Geralmente são escaladas para desempenhar o seu mister nos bairros periféricos de Salvador. Localidade de grande perigo em face da crescente onda da marginalidade. Então a mulher "negra" que prestou concurso em igualdade de condição com a mulher "branca", acaba ficando numa condição

de inferioridade, pois esta desempenha a atividade policial, enquanto aquela está geralmente nos gabinetes e chefias. O Estudo demonstrou que neste item foram encontradas respostas diametralmente opostas em relação ao desempenho da mulher policial negra versus branca:

Sd. PFEM G: “A cor da pele influencia no exercício da missão da maioria das PFEM “branca” em tais localizações” Sd. PFEM H: “A aparência pessoal é o fator que influencia no exercício da atividade policial militar feminino em tais localizações privilegiadas” Sd PFEM I: “ A indicação “Peixada” é o que influencia exercer a missão em situações especiais. Sd. PFEM J: “É Discriminação/Racismo. ‘É um privilégio’. O que por certo faz aumentar essa questão do local do negro e do branco para desempenharem as suas missões policiais militares”.

A discriminação da mulher negra na estrutura da Polícia Militar da Bahia, processa-se de maneira lenta, por isso quase que imperceptível, mas acontece. Temos como exemplo: Metade do efetivo da policial feminina negra desempenha sua atividade nas Unidades Operacionais, nos bairros periféricos de Salvador enquanto só 9,4% trabalham no setor administrativo. A Polícia Militar não está desassociada da sociedade baiana, portanto todas as situações que ocorrem na sociedade, devem ocorrer também na PMBA, pois o seu efetivo é composto de pessoas que fazem parte dessa mesma coletividade.

Ao percorrer esta trajetória de construção, vemos que as mulheres estão a cada dia pontuando na sociedade através da sua representatividade, sinalizando, que tais atoras sociais possuem vozes ativas e podem de alguma forma delinear sua trajetória de vida social; quem sabe, trazer fragmentos da história de vida na diáspora negra, já que estas atoras sociais, mesmo em condições de submissão procuraram ter visibilidade, e porque não nos quartéis da Polícia Militar, no contexto de uma cidade negra como Salvador. Visibilidade essa no tocante a sua mobilidade, assimilação e trajetória da mulher negra policial militar, no desempenho de suas atividades, espaço até então dominado e com seus cargos ocupados anteriormente e, exclusivamente pelos homens.

Trata-se de um grande desafio a adaptação de mulheres às funções policiais militares. São inteligentes, competentes, e tentam conciliar o lado mulher, mãe e profissional. As mães policiais militares vivem um mistura

paradoxal de vocações, pois como mulher tem o dom de gerar a vida e na operação policial está preparada para matar, quando necessário. Esta situação é uma realidade vivida pelas mulheres. É mais um desafio a ser superado pelas policiais militares femininas.

Referências:

BAHIA, Polícia Militar da Bahia. **Histórico da Polícia Militar da Bahia**. Disponível em: www.pmba.ba.gov.br. 2006. Acesso em: 29 abr. 2008.

SANSONE, Lívio. **Fugindo para Força: Cultura Corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. IN: Estudos Afro-Asiáticos. Pallas, 2002, nº. 03, pp 513/532

SILVA, Inácio Lula da. **Discurso de posse da SEPPIR. Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial**. 2003.

SOARES, Bárbara Musumeci Et All. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

GT – Raça e Etnia
Luciana Falcão Lessa
UFBA



Relações de gênero dentro da Irmandade da Boa Morte

A Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos é uma associação de mulheres negras que pertencem aos segmentos mais baixos da sociedade. Embora o homem possa ingressar e alcançar a presidência da confraria, não pode pegar no cajado por ser uma sociedade matriarcal. O cajado é símbolo de autoridade, que nesse espaço era exercido pelas mulheres, atraindo somente homossexuais.

A condição da mulher na sociedade é historicamente determinada pelo homem, que detém o poder do pensamento e da palavra, ou seja, a cultura ocidental é fruto de um imenso trabalho de socialização contínua, dominada pela simbologia masculina, que define socialmente a identidade sexual e a fixação de condutas próprias a cada sexo. Durante séculos, só o fato das mulheres assim nascerem já as tornavam excluídas e submissas, tendo em vista que as bases ideológicas que submetem a mulher ao homem vêm de longe, no pensamento cristão remonta ao mito da criação com Eva, e na cultura grega refletido no castigo infligido pelos deuses ao homem com a criação da primeira mulher, Pandora. Considerando essas duas crenças, a mulher seria responsável pelas desgraças da humanidade, e nossa sociedade foi estruturada a partir de modelos patriarcais, onde as regras de comportamento da mulher são impostas e controladas pelo homem.

As mulheres que não seguiam os padrões de comportamento imposto eram colocadas à margem da sociedade católica, branca e burguesa. Nesse sentido, na sociedade ocidental “ser mulher já é uma maldição, mas ser mulher e negra é uma dupla maldição, assim como ser mulher negra e pobre é uma

tripla maldição”³³. Além dessas três “maldições”, as irmãs da Boa Morte eram mães solteiras.

No entanto, ao observar a cultura tradicional iorubana, verificamos que as mulheres tinham um papel secundário. Mas sua influência se estende além dos limites domésticos, alcançaram representação política, religiosa e econômica, com a prosperidade do comércio, uma vez que eram as principais encarregadas do mesmo, eram grandes negociantes. Desde a juventude, elas saíam de casa para comerciar em mercados distantes - tarefa que entregavam às filhas quando a idade já não as permitia executar - e ao acumular dinheiro com seu trabalho, compravam as colheitas dos maridos, vendiam nos mercados e ficavam com o lucro. Essas mulheres, mesmo idosas, não abriam mão do seu ofício, quando já não podiam percorrer grandes distâncias para comerciar elas colocavam tabuleiros em frente às suas casas, ou abriam pequenas vendas.

Essas atividades comerciais foram recriadas no Brasil, ainda na época da escravidão, uma vez que as mulheres eram menos necessárias à produção sobre a qual o sistema escravocrata estava constituído, então trabalhavam como ganhadeiras, responsáveis pela distribuição dos principais gêneros alimentícios. Conclui-se que, respeitando as especificidades locais, a mulher negra no Brasil, entrou no mercado de trabalho como vendedoras de doces e comidas, que conseqüentemente moldou um comportamento inverso ao da mulher branca e das classes dominantes, gerou uma autonomia que veio sendo conquistada desde a África. Não sendo, portanto, esse um perfil exclusivo das irmãs da Boa Morte, mas da mulher negra e pobre. E as irmandades negras talvez tenha surgido como uma espécie de solidariedade étnica, cultural, social e econômica, para enfrentar o infortúnio da pobreza, ‘a má sorte de não terem casado e a exclusão social, por conta da cor da pele.

³³ GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia do mal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.121.

Russell-Wood³⁴ corrobora nessa reflexão ao afirmar que as irmandades das pessoas de cor no Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos.

Nesta perspectiva, por volta de 1820 segundo Renato da Silveira, ala feminina da Irmandade dos Martírios, formada por mulheres nagô-iorubás fundaram em Salvador a devoção de Nossa Senhora da Boa Morte e também fundaram o primeiro candomblé da Bahia nas proximidades da barroquinha no início daquele século.

Tendo se expandido para a região do recôncavo baiano na primeira metade do século XIX, a Irmandade da Boa Morte chegou primeiramente na cidade de Cachoeira, de onde partiu para a vizinha São Gonçalo dos Campos, cidade agrícola por excelência, tendo como principal atividade econômica, desde a colonização até a contemporaneidade, a cultura, beneficiamento e comercialização do fumo. Já no início do século XX, São Gonçalo dos Campos era uma cidade dinâmica, com uma elite letrada que se preocupava com o desenvolvimento político e econômico e uma diversidade cultural que se expressava na coexistência de várias etnias e em variadas práticas religiosas. Nesse período observa-se o panorama da cidade como uma sociedade organizada, com espaços demarcados e conflitos étnicos. Foi neste contexto que floresceu a irmandade da Boa Morte.

A irmandade que foi criada tendo em vista o que já acontecia em Cachoeira tinha como objetivo organizar a festa de Nossa Senhora da Glória, e para isso as irmãs da Boa Morte faziam doações e pediam ajuda de porta em porta na cidade. A festa, que ainda hoje é realizada no dia 15 de agosto, era prestigiada por toda a cidade, e é até hoje conhecida pela farta comida e bebida servidas nela, e também pela sua notável ligação com o candomblé.

O perfil destas mulheres da Boa Morte era visivelmente diferente das mulheres brancas da cidade eram elas conhecidas por falar alto, dançar, beber em demasia e dividiam o espaço de trabalho com o homem. Em sua maioria,

³⁴ RUSSELL-WOOD. *Escravos e libertos no Brasil colônia*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 193.

era mulheres solteiras com filhos, fato que as obrigava a trabalhar para sustentar a família. Muitas delas eram charuteiras - ofício esse predominantemente feminino desde o início das atividades fumageiras na região - e muitas outras trabalhavam como comerciante em feiras. A necessidade de trabalhar para o seu sustento fez com que as mulheres da Boa Morte passassem a vivenciar uma realidade até então desconhecida das outras mulheres da cidade. Elas passaram a ter uma independência financeira, que também lhes proporcionou certa independência cultural. Não eram mulheres confinadas em suas casas, cumprindo papéis domésticos impostos pela cultura patriarcal tradicional, mas se tornaram mulheres que nas ruas ouviam e viviam experiências novas, participavam de conversas “masculinas”, e muitas vezes nesse contexto conheciam os homens com quem mantinham relações de amasiado, geralmente homens da elite e/ou homens casados. Como se tratava de mulheres negras, que não possuíam marido, e tinham relações com homens que não as assumiam, estas mulheres da Boa Morte eram chamadas de “raparigas”.

Mulheres marginalizadas, discriminadas por serem negras, mães solteiras e de candomblé, pois um dos critérios para o ingresso na Irmandade da Boa Morte era ser uma pessoa de santo. Considerando que São Gonçalo dos Campos é uma cidade tradicionalmente católica, negras, solteiras e pobres, estas mulheres enfrentavam bastantes dificuldades em seu dia a dia. A identidade foi fator decisivo para o ingresso dessas mulheres na Irmandade, pois neste espaço eram livres e iguais, uma vez que na sociedade eram excluídas, chamadas pejorativamente de raparigas.

A cultura da mulher africana pôde ser ressignificada no Brasil ainda no contexto da escravidão que “... destituiu o homem de qualquer autoridade sobre a mulher, situação que foi prolongada depois do fim da escravidão como consequência da marginalidade econômica que ficaram condenados os homens de cor”³⁵. Essa situação favoreceu o florescimento de famílias

³⁵ SEGATO, Rita Laura. Inventando a natureza: a família, sexo e gênero no xangô do Recife. In: *Candomblé, religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras*. Organização de Carlos Eugênio Marcondes Moura. Rio de Janeiro: Pallas, 2000, p.84.

chefiadas pelas mulheres, cuja ênfase relacional é posta na solidariedade entre mãe e filho. Nessa perspectiva, a Irmandade não significava apenas uma confraria religiosa, mas ia além do âmbito religioso, um espaço de identidade, no momento em que a cultura patriarcal excluía essas mulheres, não dando conta de suas necessidades e carências, que por sua vez moldaram outras normas de conduta a homens e mulheres dos segmentos menos favorecidos..

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos é uma confraria predominantemente feminina, pois embora seja vetada a entrada de homens na irmandade de Cachoeira, na irmandade sangonçalense era permitido o seu ingresso, sendo que lhe era vetado o direito de pegar no cajado mesmo quando presidente, que é o instrumento símbolo do poder na irmandade, carregado somente pelas mulheres.

Embora fosse permitida a participação de homens na Irmandade, apenas homossexuais foram atraídos, acredita-se que por conta do vínculo com o candomblé. Para Ruth Landes ³⁶, estudando o candomblé da Bahia no final da década de 30 do século passado, o homossexual passivo, marginalizado, vítima do escárnio, via no candomblé uma espécie de nicho social, onde podia ser respeitado e prestigiado como pais de santo “os pais que conheci, cerca de dez, foram recrutados entre prostíbulos, delinqüentes juvenis e malandros da cidade”.

Ainda segundo Landes, a tradição dos candomblés iorubás, os maiores e mais importantes da Bahia, só as mulheres podem ser mães de santo, pois estão aptas, pelo seu sexo, a tratar as divindades e o serviço do homem é blasfemo e desvirilizante, ou seja, ter o maior cargo hierárquico dentro da instituição. Supõe-se que os homossexuais não querem romper com essa tradição, nem reivindicar um espaço no candomblé, mas sim aspiram um sentimento de unidade com a tradição, desejam uma coisa para a qual o candomblé oferece as mais amplas oportunidades: desejam ser mulheres.

³⁶LANDES, Ruth. *A Cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.294.

Para Peter Fry³⁷ os homossexuais estavam vinculados aos cultos afro-brasileiros por dois motivos: primeiro, porque tanto a homossexualidade quanto os cultos de possessão são definidos como desviantes na escala de valores dominantes; segundo, porque serem definidos na sociedade como sendo sujos e perigosos é muitas vezes uma qualidade para quem exerce uma profissão ligada ao poder mágico. Também ressalta, assim como Landes, que a maior parte dos praticantes do candomblé pertence à pobreza urbana e não vê nenhuma conexão entre crenças religiosas e sexualidade.

Rita Laura Segato estudando a homossexualidade feminina com uma prática comum nos cultos de xangô na tradição nagô do Recife, trilha esse mesmo caminho ao escrever que “[...] o santo da pessoa é independente, não só do seu sexo anatômico, mas também da forma preferencial em que ela expressa a sua sexualidade, isto é, da sua preferência por parceiros homossexuais ou heterossexuais”³⁸. Em seguida, explica que no Recife são seis orixás, três psicologicamente masculinos, e três femininos, independente do seu sexo. E são observadas equivalências e similaridades entre o comportamento do orixá e de uma determinada pessoa, tal como a expressão facial e a maneira como as pessoas parecem tomar as decisões, para daí atribuir-lhe o seu santo.

As análises são interessantes, mas carecem de uma explicação que considere esses cultos na África, uma vez que essas práticas foram ressignificadas aqui no Brasil, embora em contexto diferente, não se pode de maneira alguma desprezar a raiz africana desses cultos. Lorand Matory³⁹ preenche essa lacuna utilizando um modelo explicativo iorubacêntrico para explicar a presença das mulheres, travestis e bichas nos cultos, rejeitando de antemão a noção de desvio social. Procura mostrar a relação marido/esposa,

³⁷ FRY, Peter. Mediunidade e Sexualidade. In: *Religião e Sociedade*. N.1. São Paulo: Hucitec, maio/1977.

³⁸ SEGATO, 2000, p. 53.

³⁹ MATORY, Lorand J. Homens montados: homossexualismo e simbolismo da possessão nas relações afro-brasileiras. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

desta forma, a cabeça assimilada ao vaso, torna-se o recipiente da divindade durante os atos de possessão espiritual, quando o médium se torna o orixá.

Por isso, muitos médiuns não gostam que toquem suas cabeças, que representa órgão de penetração espiritual, simbolizando o ato sexual “[...] certa vez toquei na cabeça de um homem santero e recebi um grito de repreensão: você não tocaria nas partes íntimas de uma mulher casada, tocaria?”⁴⁰ Isto nos leva a concluir que os médiuns são considerados esposas dos deuses. Na região ioruba e outros países como o Brasil, a categoria de iniciados são chamados iywo orisa – esposa dos deuses. Os sacerdotes africanos são, sempre, ou mulheres ou homens travestidos, que usam as vestimentas nupciais iorubas do século XIX. Os iorubas observam enfaticamente o dever da esposa de cozinhar para o marido, da mesma maneira como os sacerdotes alimentam as divindades com oferendas cozidas. Em borá existam orixás femininos, todas as divindades penetram os cultuadores e são assim estruturalmente masculinos.

Os candomblés tradicionais formaram-se sob a égide dessa simbologia, por exemplo, o candomblé da Lama de linha jeje nagô freqüentado pelas irmãs da Boa Morte em São Gonçalo dos Campos, em homenagem a Nana, vodum feminino, foi fundado por Joaquim de Brito, que quando morreu seu filho iria assumir, como era homem, sua esposa, mãe Cilu, assumiu.

Aqui o papel social exercido tanto pelos médiuns quanto pelos orixás vão além do sexo biológico. Ou seja, na perspectiva de Matory, a pragmática do gênero iorubá permite que um homem seja a esposa de um deus, adotando roupas femininas e o penteado nupcial. Embora a taxionomia ioruba não reconheça uma categoria de homens montados regularmente por outros homens, uma categoria iorubá de papéis rituais foi ampliada para incluir uma categoria brasileira de papéis sociais.

Para o autor, as bichas e as mulheres são depositárias normais do poder divino, a participação do homem que seria desviante.

⁴⁰ Idem, p.225.

Algumas fontes históricas da cidade atribuem nomes de homens heterossexuais como membros Irmandade da Boa Morte, mas assim como no candomblé existem aqueles que servem como protetores, patrocinadores, mediadores de possíveis conflitos com outras instituições como a polícia, o Estado etc, que são os chamados Ogãs, a irmandade possui aqueles que a beneficiam com sua ajuda, estes homens não eram da irmandade, não vestiam batas – que era a roupa típica utilizada em ocasiões festivas - apenas ajudavam, patrocinavam e faziam o que as mulheres não podiam fazer, tentavam intermediar as relações com o padre da igreja da cidade, etc. Tinham funções parecidas com as dos Ogãs.

O veto imposto ao homem do direito de pegar no cajado como presidente da irmandade reafirma a estrutura patriarcal da confraria, onde não se pode analisar como atitude preconceituosa tendo em vista que é permitida a entrada de homens na irmandade, mas sim como um posicionamento determinado a ressignificar a essência da cultura e organização da mulher na sociedade africana, os homens na irmandade podem exercer cargos como tesoureiro, procurador, escrivão e presidente, podiam ajudar na execução das atividades destinadas a angariar recursos para a realização da festa da padroeira, mas o poder apenas pode ser exercido por uma mulher.

Vemos que a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte é um espaço onde as mulheres negras da cidade de São Gonçalo dos Campos podem vivenciar juntas suas experiências religiosas, e também podem unir-se em propósito, experimentar a sensação de igualdade, é um espaço onde elas podem reconstruir a estrutura daquela sociedade, recriar conceitos, e até mesmo conviver com homens dentro desse mesmo espaço, mas sempre auto-afirmando, não sua superioridade ao homem, mas a sua igual capacidade de decidir, organizar e liderar, ou seja, exercitar o poder feminino.

A Irmandade da Boa Morte é uma forte expressão da luta, organização e resistência das mulheres negras que um dia conquistaram seu espaço na África, estenderam e ressignificaram esse processo de conquistas no Brasil, somando a cada dia que passa mais vitórias.

Fontes Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Registros Eclesiásticos de Terra de São Gonçalo dos Campos*. Livro nº 4807, 1857-1863.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Irmandade no Interior*. 1840-1889, maço 5255.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Livro do Tombo dos Bens das Ordens Terceiras: Confrarias e Irmandades de Cachoeira*. 1861-1870, maço 5267.

ARQUIVO DA IGREJA CATÓLICA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS. *Caderno de Registro e Despesas das Irmãs*. 1950-2001.

ARQUIVO DA IRMANDADE DA BOA MORTE DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS. *Caderno de Registro e Despesas das Irmãs*. 1950-2001.

CARTA do conde de Oeyras (o Marquês de Pombal) ao Desembargador José Gomes Ribeiro. In *Anais do Arquivo Público*. vol 17. p. 200-222)

INVENTÁRIOS JUDICIAIS. *Arquivo Regional de Cachoeira*. Caixa 1 a 70.

Jornal "A Razão". ano XIV. São Gonçalo dos Campos (Baía). 6/jun/1944; 27/set/1944.

Jornal "A Verdade", 13 de maio de 1939. n. 129.

Jornal "A Verdade", 30 de janeiro de 1937. ano I

Jornal "A Verdade", ano I, Cidade de São Gonçalo dos Campos (Baía), 13 de fevereiro de 1937.

Jornal "A Razão". ano XVII. São Gonçalo dos Campos (Baía).09 de janeiro de 1948.

Jornal "A Razão". ano XVIII. São Gonçalo dos Campos (Baía), 27 de agosto de 1948.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jacialda Vieira de Sousa. *Celebrando as diferenças: as irmandades de pardos na Bahia dos séculos XVIII e XIX*. (Monografia de Especialização). Feira de Santana-BA. 2004.

APIAH, Anthony Kwame. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão de tradução de Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: contraponto, 1997. p. 158.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: Pioneira, 1971.

BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia. 1870-1930*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA). Salvador, 1975.

BRAGA, Júlio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos. Uma Irmandade de cor*. Salvador: lanamá. 1987.

CAMPOS, João da Silva. *Procissões Tradicionais da Bahia*. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COSTA, Sebastião Heber Vieira. *A Festa da Irmandade da Boa Morte e o Ícone Ortodoxo*. V Seminário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nos 500 anos da Baía de Todos os Santos, 1993.

CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da. *São Gonçalo, História ou Lenda?* Amarante, Portugal: Gráfica do Norte, 1995.

ENCICLOPÉDIA dos municípios. v. XXI. Rio de Janeiro, 1959.

FERRETI, Sérgio. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Orgs.). *Faces na Tradição Afro-Brasileira*:

religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanidade, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. Rio de Janeiro; Salvador: PALLAS;UFBA, CNPq, 1999.

FRY, Peter. Mediunidade e sexualidade. In: *Religião e Sociedade*. n. 1. São Paulo: Hucitec, mai/1977.

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colônia: 1550-1800*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LANDES. *A cidade das mulheres* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MAGALHÃES, Elyette Guimarães d. *Orixás da Bahia*. 5. ed. Salvador: [s.n.], 1977, p. 44.

MATORY, Lorand J. Homens montados: homossexualidade e simbolismo da possessão nas religiões afro-brasileiras. In: REIS, João José (Org.). *Estudos sobre os negros no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MEGALE, Nilza Botelho. *Cento e Doze Invocações da Virgem Maria no Brasil*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

NASCIMENTO, Luís Cláudio Dias do. *Candomblé e Irmandade da Boa Morte*. Cachoeira-BA: Fundação Maria América da Cruz, 1999.

PARÉS, Luis Nicolau. *Do lado do Jeje: história e ritual do vodum na Bahia*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2005 (no prelo).

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolos: Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. (Tese de doutorado). Campinas-SP: [s.n.], 2005.

SANTOS, Valdomiro Lopes dos. *A Pecuarização do Recôncavo Fumageiro: o caso de São Gonçalo dos Campos, Bahia*. Recife, Pernambuco. (Dissertação de Mestrado em Geografia – UFPE). 1990.

SEGATO, Rita Laura. Inventando a Natureza: família, sexo e gênero no xangô do Recife. In: *Candomblé religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras*. Organização de Carlos Eugênio Marcondes Moura. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Salvador. (Dissertação de Mestrado em História – UFBA). 2001.

SILVEIRA, Renato da. Jeje nagô, iorubá-tapá, aon-efan ijexá: processo de constituição do candomblé da Barroquinha (1764-1851). In: *Revista Cultura*. v. 6. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000

SILVEIRA, Renato da. *Sobre o exclusivismo e outros ismos das irmandades negras da Bahia Colonial*. (Texto inédito, apresentado na Linha de Pesquisa Escravidão e Liberdade do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA). Salvador, 2004.

SOARES, Afonso Maria Ligório. Impasse na teologia católica diante do sincretismo religioso afro-brasileiro. In: *Religião e Cultura*. Departamento de Teologia e Ciências da Religião. PUC/SP. v.1. n.1 (jan/jun/2002). São Paulo: DICR, 2002.

SODRÉ, Jaime. Ialorixá, o poder singular feminino. In: MARTINS, Cléo; LODY, Raul (Orgs.). *Faraimara, o caçador traz alegria: Mãe Stella, 60 anos de iniciação*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

STOLCKE, Verena. Sexo está fora para gênero assim como raça para etnicidade. *Estudos Afro-Asiáticos*. n. 20. jun/1991.

GT – Raça e Etnia
Maria Aparecida Silva⁴¹
UFC

Ana Cristina Conceição Santos⁴²
Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Palavras-chave: mulher negra, gênero, movimento social negro



Movimentos e experiências das mulheres do INEGRA

Introdução

O presente artigo propõe caracterizar a trajetória do movimento de mulheres negras no contexto de movimentos sociais, com um olhar especial ao grupo de mulheres negras INEGRA (Instituto Negra) de Fortaleza-Ceará, com o intuito de focar a relação do movimento de maioria afrodescendente com os movimentos sociais quando estes se alinham, completam ou se distanciam. Pensar em movimento de maioria afrodescendente é levar em consideração organizações negras como os quilombos, as irmandades, as associações culturais e o movimento negro como subsídio de reflexão que nos permite visualizá-los como movimentos sociais, já que tinham caráter de formação e que estabelecia o compromisso político com seus membros. Foram e são organizações constituídas como forma de resistência.

Antes da discussão específica tomo parte deste momento para uma reflexão que perpassa as mudanças que vem ocorrendo na sociedade mundial

⁴¹ Membro do movimento social negro brasileiro; educadora; pesquisadora da área de sociologia e educação e relações étnico-raciais; bolsista CAPES/Brasil. Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” UNESP/FCLCAR e atualmente Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará-Faculdade de Educação/FACED-UFC. Núcleo de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Linha Teórica: Sóciopoética, Relações Interétnicas e Cultura, onde desenvolve pesquisa sobre mulher negra sob orientação do Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior. Experiência na área de Sociologia e Educação, com ênfase em Outras Sociologias Específicas, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra, gênero, discriminação racial, educação, adolescente e relações étnico-raciais.

sobre as transformações, condutas e atuação da sociedade civil em nível individual muitas vezes, mas, em sua maioria preza por uma coletividade de interesses e que nesse contexto os movimentos sociais atingidos pelo processo global. Uma discussão onde o Estado representa funções elementares, com menor poder de gerenciar e o mercado apontado como o grande regulador da sociedade, transferindo para a sociedade o poder de articular políticas.

É nesse contexto que os movimentos sociais; caracterizado enquanto uma expressão coletiva no sentido de interesses, mudanças coletivas e que aciona uma dinamização nas relações sociais com uma forma de organização, mobilização que perpassa um norte as suas especificidades, articulando a sociedade civil para um diálogo democrático com as instâncias do poder. E o processo de redemocratização da década de 80 é um desses momentos que irá proporcionar uma maior visibilidade nacional, especialmente do movimento negro.

O Movimento Negro Unificado dos anos 80 foi um movimento cindido entre liderança de esquerda e liderança de resistência cultural, além de ter inspiração ideológica no quilombismo. O quilombismo era influenciado pelo Afro-centrismo e pelo marxismo. Nos anos 80, outras organizações surgiram e todas tendo em comum a luta contra o racismo. Em contrapartida, conforme Guimarães:

[...] o estado brasileiro foi ágil em responder nesse (a Fundação Palmares, por exemplo) criação de conselhos estaduais da comunidade negra, incorporação de símbolos negros (como a transformação de Zumbi em diapasão, através da criação de fundação culturais herói nacional e o reconhecimento oficial do 20 de novembro como o Dia do Negro); desenvolvimento de legislação mais apropriada de combate ao racismo (a Constituição de 1988 as Leis 7.716 e 9.459, que regulamentam o crime de racismo; modificação do currículo escolar, em alguns municípios onde pressão e a presença negra são mais fortes, para permitir a multiculturalidade. (GUIMARÃES, 2001, p.135).

Com a Constituição de 1988, os analfabetos passam a votar sendo incorporado no eleitorado brasileiro milhões de negros com uma nova atitude política, o voto étnico posição do Movimento Negro que não significou apenas uma

⁴² Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas; especialista em Gestão Escolar; graduada em Pedagogia; professora das Redes Estadual e Municipal de Salvador/Bahia; militante do movimento de mulheres negras feministas e de lésbicas negras.

movimentação em uma única direção a política eleitoral, mas representou uma estruturação à suas causas específicas, contribuindo para o processo de conscientização da população negra em relação sua condição discriminatória nessa sociedade e a participação e contribuição na elaboração de políticas públicas como as ações afirmativas e implementação da Lei 10 639/2003. Para Guimarães,

[...] o movimento negro recente trouxe para a cena brasileira uma agenda que alia política de reconhecimento (diferenças raciais e culturais), política de identidade (racionalismo e voto étnico), política de cidadania (combate à discriminação racial e afirmação dos direitos civis dos negros) e política redistributiva (ações afirmativas ou compensatórias). (GUIMARÃES, 2001, p.134).

Na década de 80, a preocupação é de uma ordenação que possa explicar como conceitos como: Sociedade Civil, Estado, Nação, Globalização, Movimentos Sociais e Políticos se articulam numa esfera em que os agrupamentos por afinidades, solidariedade e interesses comuns na sociedade aumentam desvinculados da instância maior que é o Estado, esse cercado de representações nacionais e internacionais e com várias definições sobre movimentos sociais e globalização. São mudanças que perpassam democratização da sociedade, através de reforma institucional, ampliação do discurso político do Estado, novas identidades e uma política de inclusão. Como observa Robins,

[...] A globalização diz respeito à compressão dos horizontes temporais e espaciais e à criação de um mundo de imediatividade e não-aprofundidade. O espaço global é um espaço de fluxos, um espaço eletrônico, um espaço descentrado, um espaço no qual as fronteiras e limites tornaram-se permeáveis. (BOBIN, 1998, p.62)

Sendo assim, a globalização irá interferir nos movimentos sociais e este começa articular não somente com uma característica classista, mas ampliando para outras discussões e necessidades que passam ecoar mais fortemente na sociedade civil, como os movimentos de mulheres, movimentos ecológicos, movimento contra fome e outros; que irão dar uma nova roupagem aos

movimentos sociais em nível estrutural, possibilitando uma nova forma, maneira e dinamização na formação e atuação de seus atores. A situação que se apresenta é uma nova era dos movimentos sociais, que perpassa as seguintes discussões: esvaziamento de lideranças nos movimentos sociais e a institucionalização dos mesmos com o surgimento das ONGs. [...] As ONGs assumem a liderança de vários processos sociais, que antes eram de domínio das lideranças dos movimentos sociais. (GONH, 2003, p.57).

As ONGs ganham o cenário nacional atuando sempre na sociedade civil e várias mudanças em torno das atividades que serão incrementadas no sentido de poder dinamizar as mais variadas experiências sociais. Num primeiro momento a internacionalização do termo ocorre na década de 80 e com isso ganha reconhecimento e visibilidade que até então era confundida com os movimentos populares, com o tempo estabelece uma característica própria que fará a diferença em relação aos movimentos sociais e populares, mantendo o diálogo com os próprios, mais apresentando uma diferença entre eles, além de ampliar para outros contextos como o latino-americano que possa fortalecê-las enquanto geradora de agendas, de alianças e atuação própria. Conforme Landim,

[...] Os anos 80 são caracterizados, por um lado, pela diversificação de temáticas e “subredes” entre as ONGs, as quais vão representar um papel na conformação dos novos sujeitos coletivos; por outro, nesse período se dará a consolidação “final” da identidade comum entre esse conjunto plural de entidades. A diferenciação com relação às entidades representativas- “ONG não é movimento”- e logo depois, na abertura política, com relação ao Estado- “ONG não substitui Estado, sua vocação é a sociedade civil”- constitui uma etapa relevante nesse processo. (LANDIM, 2002, p.27).

ONGs e a Globalização ecoa mais fortemente na década de 90, juntamente com a luta por causas coletivas e a visível organização dos movimentos identitários como o de mulheres e ecológicos. Podemos dizer que as ONGs nos lugares que atuam impulsionam um trabalho que possibilita aos indivíduos uma maior compreensão de como encaminhar suas plataformas de reivindicações tornando-se referência por trazer a tona atores de sua própria ação, além de colaborar para responder as necessidades imediatas dos

mesmos. A reflexão sobre movimentos sociais e ONGs perpassam dois momentos importante. O primeiro, porque demarca uma trajetória histórica em nível nacional e internacional da sociedade civil frente á conjuntura política, econômica e social da era da globalização e segundo, uma nova forma de militância.

O Movimento de Mulheres Negras – INEGRA (Instituto Negra)

Fazer referência aos movimentos sociais se torna necessário um recorte para os movimentos de maioria afrodescendentes, movimentos que demarcam a história da população negra e a sua trajetória política, e nos detemos particularmente ao movimento de mulheres negras que estiveram e continuam sempre muito presentes nesses movimentos ou nos movimentos feministas devido à discussão de gênero e raça, com objetivo de ampliar essa discussão para poder denunciar, reivindicar e tomar decisão por autonomia⁴³ e visibilidade das suas singularidades; as mulheres negras apontam um outro e novo caminho. A organização do Movimento de Mulheres Negras no Brasil tem seu pontapé inicial em Bertioga, São Paulo, 1985, por ocasião da realização do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (EFLAC). (SILVA, Elaine B.da).

O movimento de mulheres negras surge, porque não eram contempladas no movimento negro nem no movimento feminista, como ressalva Carneiro:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos movimentos negros brasileiros. (CARNEIRO, 2003, p.4).

Pensar em organização de mulheres negras é delinear uma trajetória em que ressaltamos a presença feminina nas diversas organizações da população

⁴³ Estamos nos referindo a autonomia enquanto independência política e organizacional.

negra sempre com o objetivo de mudança social. As mulheres negras organizam-se por uma necessidade de satisfazer suas demandas e requer uma relação de articulação com o contexto de sua origem. Ao ter essa atitude começam atuar cada vez mais nos espaços públicos, organizações sindicais, partidárias e não governamentais; para poder construir políticas públicas que as contemplem, redefine seu papel social nos movimentos sociais e iniciam o caminho timidamente com momentos de ação importantes, mas nunca deixando de lado as reivindicações prioritárias.

Com o passar dos anos essas organizações tomam um formato de traçar um plano de metas que pode ser desenvolvido a curto, médio e longo prazo; um amadurecimento que as fortalece para um diálogo democrático com o Estado. Inicia-se o processo de empoderamento de algumas mulheres negras do movimento, marco e conquista que irá nessa trajetória trazer à tona a presença de mulheres marcantes e significantes na história das comunidades negras. Estamos sempre recordando uma ou outra quando não apontando as organizações que também deram visibilidade à sua luta. Podemos dizer que os movimentos de mulheres negras são emancipatório. Conforme Moreira,

A conquista da representação no campo político é uma possibilidade para que então as feministas negras formulem políticas que atendam às suas demandas. Nesse sentido essa conquista encerra parte do processo- da identidade e representação do feminismo negro frente ao feminismo tradicional e o movimento negro- ao mesmo tempo em que se inicia no interior do feminismo negro uma luta para a compreensão das singularidades que se inserem na identidade das mulheres negras. (MOREIRA,Núbia R.)

Nessa conjuntura, dar visibilidade ao Grupo de Mulheres Negras INEGRA (Instituto Negra), localizado na cidade de Fortaleza-Ceará, para saber como o grupo se constituiu, quem são as mulheres negras que respondem pelo grupo e sua relação e diálogo com a comunidade negra local, regional e nacional.

O grupo apresenta duas grandes demandas. A primeira, que aqui só estarei apontando, mas não problematizarei, porque não é esse o enfoque; que é a desconstrução da idéia presente na sociedade cearense de que no Ceará não tem negro e a segunda, é pensar a população negra feminina nesse contexto. A

preocupação do grupo está explícita na fala da entrevista “A gente sabe da dificuldade de ser mulher e ser mulher negra no Ceará, como é ser mulher negra no Ceará quando eu tenho que trabalhar o discurso de invisibilidade dessa população”.⁴⁴

O INEGRA (Instituto Negra) surge em 19 de outubro de 2003, e hoje é constituído por oito mulheres negras. Nasce da iniciativa de uma amiga então residente no Ceará, que teve como proposta inicial à organização de mulheres independente da raça. É interesse observar a importância das organizações de mulheres negras e a socialização de suas trocas de experiências, que possibilita cada vez mais uma articulação no movimento social geral e especificamente no movimento de mulheres negras.

Estes movimentos enquanto organização não governamental está sempre evidenciando o racismo e a discriminação tão presente na vida dessas mulheres que optam por uma trajetória feminista, por não se verem representadas no movimento social negro nem no movimento feminista e trilham mudanças que as coloquem em condições de decidir, participar, ter direitos e desconstruir o lugar que está colocado para elas.

As mulheres negras que fazem parte do INEGRA deixaram para trás o espaço doméstico e traçaram um novo caminho que perpassa a conquista do espaço público, são mulheres com um cotidiano marcado de racismo, discriminações e opressão do gênero e da raça que com todas essas dificuldades se juntam para construir e contribuir para que outras mulheres possam participar do mesmo processo. Para Silva,

[...] Essas duas formas de opressão, de gênero e a da raça, atravessadas pela classe, tem impedido, ou melhor, relegado às mulheres negras um papel social de muito menor prestígio na esfera social. Concorre ainda o aspecto ideológico que alimenta o imaginário social e atrela à mulher negra a imagem de subserviente, menos capaz, “mãezona”, “boazinha” e resignada à sorte. (SILVA, Eliane B da. pg.4).

⁴⁴ As mulheres negras entrevistadas não serão identificadas, estou apenas considerando suas falas.

As mulheres negras que compõe o INEGRA iniciaram seu engajamento político no movimento social negro, na pastoral e no movimento feminista e cada um destes movimentos colaboram na sua formação, são experiências que irão apontar um norte à sua luta, que é dar cada vez mais visibilidade as mulheres negras cearense, assim demonstra a entrevistada:

“O movimento de mulheres negras, essas organizações contribuíram muito para o meu crescimento enquanto pessoa. Eu sempre tive essa preocupação com as relações de gênero, entender que ser mulher e homem diferenciava e ser mulher negra mais ainda e a entrada no movimento me fez amadurecer a necessidade do domínio de conhecimento para que eu me fortalecesse para minha militância, meu papel aqui dentro de Fortaleza, no estado do Ceará, para que a gente possa consolidar nossa atuação de uma forma seria e madura”.

Ao se colocar frente à militância algumas dessas mulheres negras adquire papel de liderança na própria organização e junto com seus pares. A liderança é um processo de encaminhamento do empoderamento aliado à legitimidade da organização. Falar dessa liderança negra feminina é sem dúvida demarcar a trajetória de lutas e resistências que o povo negro já vivenciou e vivência no seu cotidiano para a superação do racismo e das discriminações. Seus depoimentos evidenciam estas experiências:

“Me considero uma liderança que foi construída mais de 20 anos de caminhada. Liderança em alguns espaços da militância e do trabalho”.

“Acho de suma importância minha atuação no movimento de mulheres negras no sentido de contribuir na denúncia como militante junto aos organismos governamentais, a universidade, no trabalho de comunidade de base. Trabalhando a temática gênero e etnia, fazendo com que esses discursos sejam totalmente explicitados na suas contradições, na ideologia que esconde”.

“Alguém que possa motivar, provocar algumas reflexões e alguns processos, nunca uma liderança exercida sozinha, mas ela exercida em conjunto com outras pessoas como os jovens, idosos, negras, indígenas. Nossa liderança é provocada pela liderança de outras pessoas e assim uma rede; nossas atitudes, nosso posicionamento pode desenvolver a iniciativa de liderança de outras pessoas que possa gerar processos coletivos”.

“No mundo de hoje, acho que é muito forte essa liderança pela capacidade de verbalização, ordenação de determinado pensamento, mas eu me senti muito convidada a perceber que forma de empoderamento as pessoas possam ter em especial as mulheres

negras, seja pela sua capacidade de curar, tecer um artesanato, fazer uma comida, contar uma história, benzer, rezar, celebrar; então eu acho que as lideranças são exercidas muito além a sua capacidade de verbalizar, é uma liderança/empoderamento pela transmissão de cultura e da resistência da população negra”.

O histórico do INEGRA tem como ponto de partida o engajamento nos movimentos sociais e como referência de formação a presença marcante no movimento popular, contribuindo assim para um diálogo mais amplo em todas as instâncias. Cabe ressaltar, que o processo de institucionalização do instituto para se tornar uma ONG foi construído de com muitas discussões até se ter à certeza e segurança dessa nova identidade de organização e nova forma de participação social, o significado da institucionalização é um caminho que levar ao apoio de outras instituições para a execução das ações. As ONGs, estão relacionadas as causas coletivas, se organizam em torno de uma deliberação sem fins lucrativos o que as coloca com uma certa vantagem de independência política e representativa, como dizem:

“Havia uma necessidade latente no INEGRA de seguir o caminho da institucionalização no ponto de vista de ter uma organização mais qualificada e do ponto de vista operacional que nos permite ter um apoio garantido, daí esse apoio não só financeiro, político das mulheres que estão hoje dentro do Instituto, eu acho que esta característica de ONGs nos possibilitará fortalecer esta sustentabilidade. A natureza do nosso trabalho tem que ser de ONG, elaboração de projetos, a institucionalização é estrutural”.

“Nós enquanto ONG não temos uma burocracia, tentamos nossa emancipação e a nossa autonomia relativa. Essa instituição tem uma dinâmica, tanto no campo das relações sociais e no campo da estrutura”.

“A concepção do INEGRA de ONG, perpassa a elaboração de projetos, vinculação a programa de busca por financiamento com uma perspectiva de emancipação, de transformação que vai ter um projeto político que pode estar construído e que vem desde o movimento social”.

A institucionalização por um lado, criou-se a idéia de um projeto burocrático e por outro lado, a diferença na forma de fazer e atuar no movimento até então. GONH aponta a diferença que existe entre Movimentos e Organizações. As Organizações são institucionalizadas, podem ter relações internas informais, pouco burocrática, eficiente e cotidiano contínuo e ação racional. Os movimentos

sociais têm fluxo e refluxos, não são estruturas funcionais, aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco adensadas, poucas eficácias operacionais, a não ser algum tipo de resultados para suas bases, não tem de fazer balancetes, não presta contas ou pagar funcionários, são um misto de não-racional e até irracional em certos momentos. (2003, p.49).

Uma outra observação que esta posto para as ONGs é um caráter de dependência, burocracia e ausência de autonomia que pode delimitar sua atuação e essa definição ocorre exatamente, porque sua identidade é diferente dos movimentos sociais e chega causar um certo impasse na decisão de institucionalização; por isso a discussão do papel das ONGs, sua relação institucional, sua práxis e suas alianças; estão sempre recebendo um olhar cuidadoso no sentido de ter explícito qual é o seu campo de atuação.

Diante dessa nova perspectiva de organização que se encontra o INEGRA, um instituto que caminha para construir a emancipação da mulher negra no Ceará, propor políticas públicas na área da saúde, educação e geração de renda e se auto-denominam uma organização anti-racista e feminista na sua natureza; associando a discussão de gênero e raça como prioridades. É fundamental localizar as mulheres negras no contexto histórico que a colocou numa condição de desigualdade, reconhecer sua capacidade de organização e articulação política com enfoque ao combate ao racismo e o patriarcado. E possibilitar cada vez mais a presença das mulheres negras em todos os espaços de legitimação de direitos.

As mulheres negras do INEGRA desenvolvem um projeto para elevação da auto-estima da mulher negra e tem presença marcante no Fórum cearense de mulher, sempre abordando a questão racial e de gênero. São mulheres negras que reconhecem sua negritude e que atravessam por todo um processo incansável de busca para firmar sua identidade e construir um projeto que não é individual mais coletivo embasado na família, na militância e nas experiências vivenciadas nos locais de atuação. São mulheres negras que trás na sua trajetória de vida decepções e vitórias, que se indignam com a situação da população negra nesse país. São mulheres negras que tem como desafio desconstruir do

imaginário coletivo da sociedade brasileira a idéia de inferioridade da população negra.

Considerações finais

A abordagem apresentada teve a intenção de demarcar as transformações nos movimentos sociais e as ONGs como dois momentos importantes na conjuntura nacional do ponto de vista da participação da sociedade civil. As mudanças ocorreram muito mais visíveis a partir da década de 80 se acentuando nos anos 90 e cabe aqui ressaltar a presença do movimento negro, intensificando a discussão entorno da questão racial e o movimento de mulheres negras, juntamente com a questão anterior acrescentando a discussão de gênero.

A visão e atuação desses movimentos foi o motivo para nos ater ao grupo de mulheres negras INEGRA com o intuito de perceber como este se identifica com a nova identidade de organização. Os movimentos sociais e as ONGs são formadores de lideranças e cada um com suas estratégias de ação coletiva e são eles que irão contribuir para que as lideranças desenvolva junto as comunidades uma linguagem acessível e que seja referencia para seus projetos; é uma forma de visibilidade e formação no que tange a direitos e cidadania.

Fica explicito que o INEGRA, está inserido num contexto de negação de pertencimento da população negra e recai sobre o instituto o desafio de desconstruir essa afirmativa através de um projeto político de reconhecimento histórico e cultural da identidade negra cearense. E o envolvimento dessas mulheres negras é que faz a diferença nesse processo de transformação, por isso, a importância de visibilizar suas construções tão fortes e significativas de si e do coletivo em suas vidas.

"Hoje sou todas as parcerias, todas as andanças que fiz, todas as decepções, todas as vitórias. O que representa hoje ser mulher negra contrariando todas as estatísticas, reconhecer e conhecer nossas vulnerabilidades, mas que a gente busque e aposte nos elementos que nos ajudem a configurar nossas forças, a identidade".

As trajetórias e experiências das mulheres negras do INEGRA apontam à possibilidade de caminhos de atuação um exemplo de resistência com objetivos, disposição para a mudança social para as mesmas e outras mulheres negras.

Referências

- BOBINS, K. Cultura Global. In: Textos Didáticos, IFCH/Unicamp, nº18, 1998, p.62.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados, v.17, nº49, São Paulo, Sept./Dec.2003 In: <http://www.artnet.com.br/pmotta/textosmetod.htm>.
- GONH, Maria da G.M. Os Sem-terra, ONGs e Cidadania, SP: Editora Cortez, 2003, p.1-64.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. A questão racial na política brasileira. (os últimos quinze anos) In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, SP, 13 (2), 2001, p.134-135.
- LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: ONGs e Universidades:desafios para a cooperação na América Latina, São Paulo: Abong: Peirópolis, 2002, p.27.
- MOREIRA, Núbia R. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. In: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/N/Núbia_Regina_Moreira_06.pdf.
- SILVA, Eliane B.da. Tecendo o fio aparando as arestas. Movimento de Mulheres Negras e a construção do pensamento negro feminino. In: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0199.pdf>.

GT – Raça e Etnia
Silvana Santos Bispo⁴⁵

Palavras-chave: Feminismo/s, Mulheres Negras,
Interseccionalidade



Movimento de mulheres negras feministas em Salvador: experiências e perspectivas (1978-2001)

Articulando o Feminismo Negro

O feminismo enquanto movimento social tem se modificado ao longo dos anos, adaptando-se ou incorporando novos questionamentos, proposições e demandas de diferentes grupos de mulheres. O início do movimento, no entanto, até a segunda metade do século XX foi marcado pela afirmação de uma identidade comum a todas as mulheres dada pelo sexo, diferenciada da de homem. A partir deste entendimento a categoria “mulher” foi usada para afirmar todas as reivindicações em nome das mulheres como se todas sofressem o mesmo tipo de opressão.

A crítica ao movimento surgiu, principalmente, entre as mulheres norte-americanas. As mulheres negras, por exemplo, questionaram de que ‘mulher’ falavam as feministas brancas, considerando que não se sentiam incluídas no debate. “... todo este debate fez ver que não havia a ‘mulher’, mas sim as mais diversas ‘mulheres’, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras”. (PEDRO, 2005: 87).

Ao questionarem a categoria ‘mulher’, as negras, índias e mestiças afirmavam a necessidade de se pensar a diferença dentro da diferença, ou seja, o fato de serem mulheres não as tornava iguais e tampouco a opressão era vivida da mesma forma. O que estavam colocando no debate era a necessidade do movimento aprofundar o entendimento sobre diferença.

No Brasil o embate entre as mulheres no seio do movimento feminista ocorrerá a partir da década de 80, período em que as mulheres negras

⁴⁵ Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB

constituíram suas primeiras organizações não-mistas⁴⁶, “as mulheres negras deram impulso à construção de sua organização com fisionomia própria e caráter nacional, visando intensificar as reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero”. (RIBEIRO, 1995: 446).

O movimento feminista constituído em sua maioria por mulheres brancas foi pressionado a repensar sua fala, pois “inúmeras foram às contradições que se manifestaram, demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum. A fragmentação de uma idéia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração, sexualidade, e outras, associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista”. (SOIHET, 1997: 81).

A partir desta perspectiva - do entendimento de que as mulheres apresentam diferenças e que estas se traduzem em demandas específicas nos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas - nos propomos a desenvolver uma reflexão sobre o Movimento de Mulheres Negras Feministas em Salvador, introduzimos nesta discussão os recortes de raça, gênero e classe, para representar questões sócio-culturais e históricas que incidem nas relações sobre as mulheres negras brasileiras.

Salvador – São Salvador da Baía de Todos os Santos – capital do estado da Bahia, está como a terceira cidade mais populosa do Brasil. Historicamente é conhecida por “Roma Negra”, devido a seus aspectos físico-geográficos e por ser a cidade com maior população negra fora do continente africano. Certamente poderíamos conceituá-la como a cidade dos contrastes, da exclusão que afeta homens e mulheres negros cotidianamente. Se por um lado temos a tão vendida e propagada “felicidade”, “hospitalidade” afro-baiana, de outro, fazemos parte de um contingente populacional fortemente excluído e discriminado em todas as esferas desta sociedade.

NOTAS

⁴⁶ Estamos utilizando os conceitos de organizações/entidades mistas para designar grupos formados por homens e mulheres negro/as. Já o termo organizações/entidades não-mistas diz respeito a grupos compostos exclusivamente por mulheres ou ainda aquelas que contêm integrantes homens, mas seus quadros dirigentes são exclusivos das mulheres.

É a partir deste contexto que precisamos localizar e entender o surgimento do Movimento Negro Unificado/MNU em Salvador, com a perspectiva de combater o quadro de exclusão da população negra na cidade e no restante do Brasil. O MNU, uma das entidades negras mais antigas do país, teve à sua frente uma luta extremamente conflituosa com os setores dominantes e hegemônicos da sociedade baiana e contou com a participação efetiva de mulheres negras em seus quadros políticos.

Numa sociedade onde prevalece o entendimento de inferiorização das populações negras, refletir em torno da importância e representatividade do Movimento de Mulheres Negras Feministas e sobre suas bandeiras de lutas exige refletirmos e dialogarmos com o que Luiza Bairros chamou de: “diferentes formas da experiência de ser negro (vivido ‘através’ do gênero) e ser mulher negra (vivida ‘através’ da raça), a qual torna supérfluas discussões a respeito de que seria a prioridade do movimento de mulheres negras. (...) do ponto de vista da reflexão e da ação política, um não existe sem a outra”. (BAIRROS, 1995: 35).

Para Maria Consuelo C. Campos, “no entre-lugar, interseção e síntese do movimento negro com o movimento feminista, o movimento de mulheres negras afirma, politicamente, o protagonismo de um sujeito específico, na luta contra o racismo e o sexismo” (CAMPOS, 2001: 5). A pluralidade em torno das diferenças raciais que compõe a sociedade brasileira nos leva a refletir sobre as experiências históricas das mulheres negras e a forma como elaboram e ressignificam seus processos identitários e de como isso se reflete no embate político com outros segmentos. Assim, pensar em gênero e identidade conjuntamente significa discutir um tema que em função de sua complexidade, exige o seu entendimento em vários níveis de reflexão e análise. Para Kathryn Woodward “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. (...) ela ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença”⁴⁷.

⁴⁷ Trabalho da pesquisadora Kathryn Woodward. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.

A escolha do recorte temporal, 1978 a 2001, justifica-se pela importância que este período teve para o movimento negro de modo geral e em especial para o movimento de mulheres negras. Em 1978 ocorre a fundação do MNU/Salvador. As mulheres negras baianas ao lado dos homens negros exerceram papel fundamental na estruturação do MNU, transformando a seção Bahia num referencial de luta contra o racismo no Brasil. Ao passo da realização da III Conferência Mundial Contra o Racismo⁴⁸, realizada em Durban, na África do Sul em 2001. Durban se caracteriza pela conquista de ações que promovam políticas de ações afirmativas para a comunidade negra. E neste cenário a ação política das mulheres negras foi fundamental. Organizadas nacionalmente em torno de uma Articulação de Mulheres Negras, as mulheres garantiram conquistas importantes nos documentos finais da Conferência⁴⁹.

Trabalhamos com o conceito de identidade a partir de uma dimensão relacional e dialética, buscando afastar qualquer referencial essencialista quando nos referimos ao movimento de mulheres negras feministas. “... a identidade está vinculada a condições sociais e materiais (...) as identidades não são unificadas. Podendo haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas”. (WOODWARD, 2000: 113).

Dessa forma, tentamos priorizar as discussões que envolvem as mulheres negras e suas experiências, embates e antagonismos estabelecidos com o movimento negro e o feminista branco, porém, entendemos que entre as mulheres negras existem diferenças e contradições que, em alguns momentos, são negociadas, visando a um objetivo comum: a luta contra a opressão das mulheres negras.

⁴⁸ III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. A Conferência foi realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul.

⁴⁹ Segundo Sueli Carneiro, a III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial.

Construindo uma Política de Empoderamento e Posicionamento⁵⁰

O debate em torno do feminismo negro e as inserções das mulheres negras na historiografia se constituem como um referencial importante, na medida em que buscamos reverter a ótica do pensamento academicista institucionalizado que, segundo Eliane B. da Silva, “as julgam mais pelo caráter de manifesto político do que teórico e inscritos dentro de uma linguagem inapropriada aos meios acadêmicos”. (SILVA, 2005: 2). A feminista afro-norte-americana bell hooks acrescenta ainda que, “as intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como ‘suspeita’”. (HOOKS, 1995: 464).

Em nosso trabalho se possibilita a escrita da história das mulheres negras sob uma ótica não androcêntrica. Entrevistamos três mulheres negras, Luiza Bairros, Ana Célia da Silva e Vilma Reis. A escolha destas ativistas negras intelectuais como sujeito da pesquisa é por compreendermos que suas trajetórias de vida, articulação e atuação política se estabelecem como significativos processos de intervenção na sociedade. Suas produções teóricas e ações políticas demarcam politicamente que seus trabalhos têm impacto significativo para a construção/contribuição de um pensamento negro engajado na luta contra o racismo e o sexismo vivenciado pelas populações negras de Salvador e do Brasil.

A incorporação discursiva que envolve pertencimentos raciais, de classe e gênero como fenômenos interseccionais e que subordinam mulheres negras, foram pensados como mecanismos opressores e legitimadores de discriminações. As investigações acerca das mulheres negras no Brasil, embora apontem para um aumento de pesquisas – trabalhos estes realizados em sua maioria pelas ativistas

⁵⁰ Política de empoderamento e posicionamento aqui são percebidos como experiências compartilhadas, construção do ativismo e da militância negra como formas de intervenção e constituição de espaços de poder na sociedade, e mesmo processo de não subordinação das mulheres.

e militantes negras⁵¹ - ainda são tímidas e a inserção da história das mulheres negras na historiografia nacional é praticamente invisível. Na década de 70, Lélia Gonzalez já falava sobre a urgente necessidade de percebermos as mulheres negras deste país distanciada do olhar hegemônico. Ela nos alertava para a necessidade de fazermos emergir questões sobre nós numa outra perspectiva, numa outra linha discursiva, numa lógica que realmente capturasse nossa real representação. Vejamos,

O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falam de mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. ... E isto começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulatas, domésticas e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência (...)⁵².

Essas diferenciações devem ser verdadeiramente percebidas se quisermos construir um debate que reflita os diferenciais de identidades, de perspectivas e atuações políticas, que não são únicos, homogêneos nem muito menos fixos. E nesta linha argumentativa Avtar Brah nos explica que:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas

⁵¹ Existem trabalhos significativos sobre mulheres negras no período da escravização onde os (as) autores (as) capturam investigações a cerca do cotidiano, papéis sociais, formação familiar, etc. Nesta perspectiva ver os trabalhos de: CARDOSO, Cláudia Pons. Mulheres das classes populares no início do século em Porto Alegre. In: AVILA, Maria de Fátima. Cadernos Porto & Vírgula. Nº. 15. Unidade editorial, 1998.

SOARES, Cecília soares. A Negra na rua, outros conflitos. In. Fazendo gênero na historiografia. Ogn.: Cecília M.B. Sardenberg, Iole Macedo Vanin e Lina M^a Brandão de Aras. Coleção Bahianas. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

⁵² GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. In. Movimentos Sociais Urbanos: memórias étnicas e outros estudos. Org. Antonio Silva Brasília, ANPOCS, 1983. Cap. 3, item 1, p. 223-244. (Ciências Sociais Hoje, 2).

reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões⁵³.

À luz das idéias da autora pensamos, por exemplo, a importância do processo de diáspora para as mulheres negras como condição social específica, uma vez que culturas nas diásporas⁵⁴ têm suas próprias especificidades, e estas dimensões devem ser capturadas se quisermos dimensionar, de certo modo, todo o processo histórico e político-social que nos envolve enquanto populações afro-brasileiras, com todas suas redefinições de pertencimento e subjetividades.

A partir de experiências diversas percebemos que as mulheres negras soteropolitanas construíram/constroem uma articulação política plural, que tem como base a luta feminista, reivindicações estas, munidas com seus referenciais de identidade/s, experiências e práticas que se inscreveram e se inscrevem sobre uma diversidade de perspectivas relativas ao gênero, raça, sexualidade e políticas de empoderamento⁵⁵. Pontua-se assim toda complexidade destes grupos que estão ativamente engajados nas lutas em relação à classe, na luta anti-racista, anti-sexista, anti-homofóbica e lesbofóbica.

O processo de gestação e atuação do Movimento de Mulheres Negras Feministas e do Movimento de Mulheres⁵⁶ hoje espalhados por todo o país em forma de coletivos, organizações, entidades, casas, grupos, núcleos, institutos, devem ser percebidos como referenciais importantes de militância e ativismo político, que cotidianamente expressam e denunciam as percepções das desigualdades das quais mulheres negras são vítimas em potencial.

⁵³ Para uma melhor flexão ver o trabalho de Avtar Brah: *Diferença, Diversidade, Diferenciação*.

⁵⁴ Diáspora africana é aqui entendida como um processo forçado de dispersão das populações negras pelo mundo.

⁵⁵ Política de empoderamento aqui é interpretada como estratégia de fortalecimento de grupos de mulheres negras a nível nacional. A pesquisadora Julia Sudbury em seu livro: *Outros Tipos de Sonho: organizações de mulheres negras e políticas de transformação* - trabalha este conceito.

⁵⁶ Partilhamos do entendimento de Joana Pedro sobre a diferença entre movimento feminista, “as lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação” e movimentos de mulheres “movimento cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres”. Em traduzindo o debate. *História*. São Paulo. V. 24. p. 93, 2005.

O desenvolvimento deste trabalho nos levou a perceber e a desenvolver esta pesquisa numa prerrogativa de entendimento de como as mulheres negras, a partir do lugar que ocupam, com suas visões de mundo e experiências que lhes são próprias, marcadas por raça e classe, transformam e constroem alternativas de luta, sejam elas estabelecidas em práticas políticas, teóricas e sociais ao longo de suas trajetórias.

A utilização do conceito de etnia em trabalhos sobre as relações entre negros e brancos no Brasil fez com que muitos intelectuais rejeitassem o uso de raça como categoria discursiva, devido sua ligação histórica à idéia de dominação político-cultural, caráter que afirma o dimensionamento biológico de um determinado grupo sobre o outro. Contudo, o debate sobre a utilização e/ou substituição do termo raça por etnicidade trouxe consigo algumas questões. “A disputa quanto a se “eticidade” e “raça” são fenômenos interligados ou se referem a sistemas distintos de classificação social parece análoga aos enigmas sobre se as diferenças de sexo constituem a base natural a partir da qual se constroem as relações de gênero”. (STOLCKE, 1991: 107).

É evidente que uma mudança de termo/conceito não irá transformar as formas, a realidade e nem mesmo a maneira de percebê-la. Ao discutirmos sobre o desenvolvimento das relações étnico-raciais não podemos de forma alguma desmerecer e/ou desconsiderar o peso que os aspectos raciais têm neste debate. “Nossa criação como uma categoria distinta, como raça, embora mediada por especificidades, (...) e isto nos singulariza a ponto de alguns pensadores afirmarem que a idéia de nacionalismo limita a formação da identidade híbrida, que nos caracteriza enquanto diáspora africana”. (BAIRROS, 1994: 185).

Dessa forma, o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Negro, quando falam e debatem em torno da idéia de raça não as fazem articuladas na construção de uma pureza racial enfaticamente empregada em meados do século XIX, ou tão pouco calcada em uma supremacia raciológica e/ou biológica de determinado grupo sobre outro. “Conceitualmente, a categoria ‘raça’ não é científica (...). ‘Raça’ é uma construção política e social”. (HALL, 2003: 324). O enfoque dado à raça por estes movimentos é constituído através do referencial de

experiências compartilhadas, um conceito relacional que se construiu histórico, político e culturalmente. Usam essa categoria com uma nova interpretação, baseadas em uma reapropriação social e política.

As interlocuções e intersecções entre raça, classe e gênero foram fundamentais para quebrar conceitos universalizantes, instaurando novos referencias e novos paradigmas ao qual o Movimento de Mulheres Negras com perspectiva feministas ou não, reivindicaram para si os seus particularismos, suas especificidades, e suas singularidades.

Percursos e Vivências

Fatores de discriminação são produzidos diariamente, racismo/s, sexismo/s, machismo/s, preconceitos, acabam por consolidar atitudes e posicionamentos extremamente conflituosos, além de reproduzirem parâmetros de abusos e marginalização de indivíduos negros/as. As dimensões, portanto, relativas à raça, classe e gênero, são formas que se entrecruzam e interagem para nos atingir, nos oprimir, nos negar e conseqüentemente nos eliminar enquanto sujeitos históricos. Munidas deste entendimento de que a luta deveria ocorrer a partir de três frentes, contra o racismo, sexismo e diferenças de classe, é que mulheres negras brasileiras organizaram-se para a ampliação das bandeiras de luta dos movimentos feministas.

Dessa forma, para conhecer melhor as condições, a história da constituição do movimento de mulheres negras feministas ou não, bem como, suas estratégias de articulação, devemos partir de uma prerrogativa crítica-reflexiva sobre as experiências vivenciadas por estas mulheres, que delinearam uma alternativa negra para pensar suas experiências, ampliar seus embates, afirmar suas reflexões e intervenções em diferentes lugares e momentos os quais estavam e estão inscritas.

A partir de entrevista realizada com Luiza Bairos buscaremos verificar como e pensado a formação de um Movimento de Mulheres Negras e como a luta contra o sexismo é incorporada ao movimento tanto na cidade do Salvador quanto nacionalmente. O período que vai da criação do MNU em 1978, o qual se origina

do “Grupo Nêgo” de Salvador, até a década de 80 a participação das mulheres negras, em grande escala, ocorre dentro das entidades mistas do movimento negro, muitas delas foram responsáveis pela fundação da entidade em todo o território nacional, considerando que o MNU é formado por vários núcleos regionais. Neste período ocorrem fortes embates, antagonismos e “pegas” com os militantes homens. Segundo Luiza, “(...) a gente enfrentava uma ‘barra muito pesada’ na relação com os homens dentro da organização. (...) então, o que acontecia, as mulheres compunham a maioria da militância, mas, os homens é que tinham a visibilidade, os homens é que dirigiam, os homens é que apareciam como os líderes do movimento”⁵⁷.

Tendo em vista o papel como coadjuvantes dentro do movimento, e especialmente nas representações dos espaços de lideranças, sem falar no descaso diante das bandeiras levantadas pelas mulheres negras referente a opressão de gênero, os conflitos dentro do MNU eram constantes. As mulheres negras foram acusadas de estarem enfraquecendo a luta, de estarem construindo “facções” dentro do próprio movimento negro e isto não foi diferente em Salvador.

Pela iminência da dificuldade da maior parte dessas mulheres estarem se colocando nas discussões conjuntas com os homens, mesmo no seio de um movimento político/histórico de experiências compartilhadas como a escravidão, o racismo e a discriminação, existia o entrave da perspectiva política que desse conta da prerrogativa da inserção da discussão de gênero. Luiza Bairros prossegue relatando a estratégia, a articulação política utilizada pelas mulheres do MNU/Salvador para serem devidamente reconhecidas em suas especificidades enquanto negras e enquanto mulheres. Neste sentido, a estratégia utilizada por aquelas mulheres foi a seguinte:

Fizemos na verdade um programa que foi quase uma ‘capacitação’, à nossa moda, a gente não dava este nome, mas era o que a gente fazia. (...), nas reuniões que tínhamos durante a semana, dia de quarta-feira nem sempre dava para discutir tudo, então a gente tinha reuniões aos sábados que também eram os momentos que recebíamos pessoas novas interessadas em participar, e aproveitávamos para discutir

⁵⁷ Entrevista concedida por Luiza Bairros em 18 de maio de 2007.

algumas questões com mais profundidade (...). Então, o que nós mulheres fazíamos? Nós reuníamos as mulheres pela manhã, e a gente pegava toda pauta da reunião que ia haver de tarde, e discutíamos a pauta da reunião toda antes, porque entre nós todo mundo falava entendeu?! Então, era muito bacana, porque daí quando o restante da militância chegava que eram os homens realmente, nós já estávamos super aquecidas e quando chegava na hora da reunião toda mundo tinha uma opinião, todo mundo se manifestava, todo mundo tinha uma idéia, etc. (Grifos meus).

Mas é claro que a reação por parte da maioria dos homens não era a das melhores. Luiza segue informando, (...) *“a reação da maior parte dos homens foi muito ruim* a este processo, eles diziam que quase que estamos formando uma *‘tendência’* dentro do MNU *porque vínhamos para as reuniões com as opiniões formadas*, e não passávamos por aquele processo *junto com eles de construir as idéias*”. (Grifos meus).

Segundo a opinião da depoente, este processo foi bastante importante na medida em que ajudou a desvendar o próprio machismo que existia e muitos homens se assustaram com a força que aquelas mulheres foram ganhando. A experiência vivenciada pelas mulheres do MNU/Salvador revela-se importante, uma vez que sua militância dentro deste movimento lhes permitiu acumular um capital político bastante significativo acabando por formar um grupo específico de mulheres negras dentro do MNU. Este grupo ficou conhecido como GM⁵⁸ – Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado e passou a participar fora do movimento negro das discussões do movimento de mulheres. Esta perspectiva de militância dentro do movimento de mulheres acabou ampliando muito as formas de luta e reivindicações das bandeiras/agendas políticas das mulheres negras, segundo Luiza Bairros: “... isto deu par gente uma outra possibilidade, ampliou muito nossa possibilidade de intervenção em relação ao discurso anti-racista”.

O/s racismo/s, a exploração econômica e social era crucial na estruturação de desigualdade para a vivência de mulheres negras. “(...) aquela

⁵⁸ Segundo Luiza Bairros o GM foi bastante significativo para as mulheres do MNU porque possibilitou a construção de experiências significativas como a exemplo da peça teatral que as mulheres negras criaram chamada de: *“Amônias Guerreiras Brasileiras”*, título tirado de um poema do escritor Oliveira Silveira. A peça tinha como referencial retratar as mulheres negras em diversas situações da vida, misturando linguagens diversas como teatro, música, poesia, etc. O GM se apresentou em quase todos os bairros de Salvador e em diversas cidades do estado da Bahia.

mulher construída pelo Movimento Feminista, ela era construída dentro de um padrão, que era um padrão totalmente branco e que, portanto, não nos incluía⁵⁹". Nesta conjuntura, não havia como forjar uma unidade entre mulheres negras e brancas, formular estratégias únicas de luta, pois o diálogo ainda estava sendo construído.

As mulheres negras tinham como enfrentamento, construir mecanismos políticos comuns para confrontar o feminismo branco tradicional, as práticas patriarcais, o racismo, e as desigualdades nas quais estavam escritas. Esta experiência de diferenciações é explicitada pela atual coordenadora do CEAFFRO⁶⁰ Vilma Reis⁶¹, quando ela diz:

(...) quando entrei no Fórum de Mulheres de Salvador em 95/96, teve eleição da nova coordenação executiva do fórum (...) numa disputa ferrenha com as mulheres brancas que achavam que a gente não era nada. E a gente dizendo: "Gente, nós estamos numa cidade..." eu, Terezinha Barros, Carmem, Edenice⁶², (...) a gente chegou pra ocupar o espaço mesmo, e reinventar um movimento de mulheres nesta cidade. E a gente ocupou este espaço institucionalizado de articulação do Movimento de Mulheres.

A afirmação da identidade feminista negra gestada a partir do final dos anos 80 com a criação de diversas entidades de mulheres negras e mesmos pelos vários encontros realizados deste período para cá, serviu para se pensar o feminismo como um lugar político plural, não só pensado e produzido por mulheres brancas. "... a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre a mulher negra uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre as dimensões da vida". (CARNEIRO, 2004: 77).

⁵⁹ BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. In: *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Vol. 3, nº. 2, 1995.

⁶⁰ CEAFFRO – Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero. É um programa do Centro de estudos Afro-orientais, da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA), cujo compromisso é enfrentar as formas de racismo e sexismo, para promover a igualdade de oportunidades entre negros e não negros, assim como entre homens e mulheres.

⁶¹ Entrevista concedida em abril de 2002.

⁶² Militantes negras da cidade do Salvador, Bahia

É justamente na esfera racista e sexista que o feminismo negro opera, é a partir da percepção de estarmos buscando ações efetivas e que tenham o poder de alterar as relações de desigualdades fortemente estruturadas em nossa sociedade que o feminismo negro faz-se cotidianamente. As ações e conquistas construídas pelo feminismo negro são frutos de processos gestados há mais de três décadas, haja vista que estamos lidando com uma sociedade moldada a partir de sustentáculos racistas e excludentes. Uma sociedade que busca desqualificar processualmente a identidade histórico-cultural das populações afro-brasileiras, acabando por renegar às mulheres negras os espaços subalternizados, marginalizados que são operacionalizados sob a ótica da opressão e da discriminação racial.

Na emergência de estarmos pensando sobre as demandas específicas das mulheres, perguntamos a pesquisadora negra Ana Célia da Silva⁶³ sobre a visibilidade das militantes, intelectuais, acadêmicas negras em espaços de poder como, a exemplo, do universo acadêmico, como estas relações estão sendo estabelecidas. Segundo a ela,

(...) estamos sendo vistas como pessoas boçais, invasoras, como pessoas arrogantes, sempre como pessoas que estão nos lugares que não eram para elas. Porque eles fizeram as representações onde o nosso lugar é sempre o lugar da subalternidade, e eles sempre se representaram nos lugares e funções consideradas superiores. Sempre se vêem nos livros representações de médicos, engenheiros, padres, advogados, professores, todos e todas em sua maioria homens, e sempre brancos. Não só nas representações continuamos ausentes, mas na vida real estamos tomando este lugar que são de todos e não só deles, eles se sentem atingidos e nos tratam de uma maneira bastante violenta.

Nossas formas de lutas a partir das mais variadas dimensões de pertencimento se colocam como pressupostos elucidativos para construção de nossas estratégias enquanto grupos diferenciados. Para a pesquisadora Maria Consuelo C. Campos, “Em nosso país, a academia se autocompreende, majoritariamente, como uma guardiã *do status quo*, em termos de desigualdades

⁶³ Entrevista concedida em maio de 2007.

sociais, (...) falta-nos, aqui, a tradição de uma intelectualidade militante, transformadora”. (CAMPOS, 2003: 2). Os vários aspectos das discriminações provenientes do racismo, sexismo e de classe, os quais vivenciamos se processam, nos mais diferentes espaços que atuamos. Na academia, por exemplo, essas estruturas se articulam para tentar invalidar o pensamento negro.

Portanto, a forma de fazer e pensar política feminista negra se caracteriza especialmente com interesses e valores que são particulares das experiências, práticas e ações históricas construídas por estas mulheres. É na contramão de não naturalizarmos as representações sociais e raciais em torno da comunidade negra, discriminada, reduzida e oprimida que alavancamos um debate que pontue as múltiplas ações do feminismo negro.

Considerações Finais

O debate aqui apresentado tratou do universo da militância e do ativismo político de mulheres negras que a partir de suas ações nutrem e formulam um pensamento negro feminista. Este artigo buscou mostrar que as mulheres negras enfrentaram conflitos bastantes fortes junto aos homens do movimento negro e que a partir desses embates, se aproximaram dos movimentos de mulheres, em especial do feminista. Entretanto, este contato, este “encontro” se deu também a partir de conflitos e tensões, pois envolviam processos históricos, sociais e raciais bastante diversos, ocasionando o que Lélia Gonzalez chama de: “... o espanto e/ou a indignação manifestados por diferentes setores feministas, quanto é explicitada a super-exploração da mulher negra, muitas vezes é exprimido de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança⁶⁴”.

Assim, este entendimento serviu/ serve para denotar os efeitos do racismo cultural no país e possibilita percebermos os processos que diferem os tipos de feminismos falados e praticados por mulheres de diferentes construções histórico-culturais e raciais.

⁶⁴ Ver o trabalho de Lélia Gonzalez na referência bibliográfica deste artigo.

A proposta estabelecida pelo feminismo negro dentre as intervenções em torno de bandeiras como saúde, educação de qualidade, combate à violência, criação de espaços específicos de mulheres negras, e outros, faz-se também de denúncias das múltiplas formas de opressão que acometem a comunidade negra, em geral, e da mulher negra de forma particular. A realização deste trabalho não pretendeu fechar e/ou compartimentalizar categorias tão complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, identidade, e outras, mas, refletir em torno dessas diferenciações.

Cada vez mais o desafio estabelecido por coletivos, núcleos, entidades, organizações de mulheres negras está colocado no intuito de estarmos nos empoderando politicamente, para que posamos de certa forma romper com o abismo social, racial, econômico que separam brancos e negros nesta sociedade hierarquicamente constituída.

Estes são referenciais que envolvem complexidades, diversidades e contrapontos, e pontua as multiplicidades desses indivíduos. No espaço do cotidiano, repletos destas interfases, que se forjam as lutas para as conquistas de direitos sociais das mulheres negras. E o processo de luta dessas mulheres vem se desenvolvendo a partir das desigualdades que tem suas origens nas relações sociais.

Tratei aqui das experiências do feminismo negro, experiências de mulheres negras que vivenciaram de perto as transformações dos movimentos sociais de perspectiva racial, mulheres que apesar das dificuldades experimentadas dentro de suas organizações de origem, no caso de Salvador, o MNU, não deixaram de criar formas de articulações e de colocar-se enquanto formadoras de ações, projetos políticos de atuação plurais.

A movimentação/mobilização por parte das mulheres negras feministas envolvidas em questões políticas raciais sempre existiram, apesar de não termos constituído organizações específicas de mulheres negras, isto comparativamente com outros estados. Mas, nunca deixou de existir uma militância fortemente engajada por parte do feminismo negro soteropolitano.

Referências Bibliográficas

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez – 1935/1994**. In. O livro da saúde das mulheres. Orgn.: Jurema Werneck, Macheza Mendonça e Evlelyn C. White. Ed. Pallas – Criola. P. 57. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **III Conferência Mundial Contra o Racismo**. *Revista Estudos Feministas*. Dossiê, 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciações. Cadernos Pagu, nº 26, Campinas Jan./Jun. de 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. *Revista Estudos Avançados*. p.17-49, 2003.

_____. **Gênero, Raça e Ascensão Social**. *Revista Estudos Feministas*. nº. 2, p. 544-553, 1995.

_____. **Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero**. *Revista Racismos Contemporâneos: Não discriminação*. Org.: Ashaka – empreendedoras sociais e Tacano Cidadania. Ed. Tacano; Rio de Janeiro, p. 50, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira**. In. Movimentos Sociais Urbanos: memórias étnicas e outros estudos. Org. Antonio Silva Brasília, ANPOCS, 1983. Cap. 3, item 1. (Ciências Sociais Hoje, 2).

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. In: *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. Vol. 3, nº. 2, p.446, 1995.

RIBEIRO, Matilde. **O Feminismo em novas rotas e visões**. In. *Revista Estudos Feministas*. V. 14, nº. 3, Florianópolis/ set.dez. 2006.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. **A escrita negra e o movimento negro brasileiro**. Extraído do site: www.amulhernaliteratura.ufsc.br. Acesso em: 15 de junho de 2007.

FACINA, Adriana e SOIHET, Rachel. **Gênero e Memória: algumas reflexões**. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, sem. 2004.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Outras Histórias: As mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades**. In. *Gênero em debate: trajetória e*

perspectivas na historiografia contemporânea. Orgs. Maria Izilda S. de Matos, Maria Angélica Soler. – São Paulo: EDUC, 1997.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** Revista História, São Paulo, v. 24, nº 1. p. 77-98, 2005.

SOIHET, Rachel. **Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas.** In. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidade. In. Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. – São Paulo: EDUC, 1997.

STOLKE, Verena. **Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade.** Estudos Afro-Asiáticos. Nº. 20, junho de 1991.

SUDBURY, Julia. **Outros Tipos de Sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação.** São Paulo: Summus, 2003.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In. PETER, Burke. A Escrita da História. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

VARIKAS, Eliane. **O feminismo no Plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres.** Estudos Feministas. Florianópolis, nº. 14, set-dez, 2006.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Org. Tomaz Tadeu da Silva. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GT – Raça e Etnia
Tatiana Raquel Reis Silva
Viviane de Oliveira Barbosa



Repensando os feminismos negro brasileiro e norte-americano*

As abordagens feministas estão cada vez mais focadas no estudo das relações de gênero em comparação a outras relações sociais, tais como as de classe, raça e geração. Diante da constatação de que as desigualdades de gênero se interconectam a outros tipos de desigualdades, feministas negras trouxeram uma contribuição fundamental ao destacar o entrecruzamento entre gênero, raça e classe como elemento representativo das diferenças nas experiências das mulheres. A partir disso, a principal questão passou a ser questionar por que existe esse entremesclar de experiências (STOLCKE, 1991, p. 101). Nesse sentido, as abordagens teóricas de mulheres negras partem, em grande medida, de uma perspectiva interseccional, na tentativa de elucidar diferentes experiências sociais em contextos os mais diversos. Considerando esta perspectiva, gênero pode ser entendido “tanto como uma categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista” (AZERÊDO, 1994, p. 207).

Feministas norte-americanas foram pioneiras na incorporação do tema das diferenças em suas abordagens, ocupando-se em discutir a presença do racismo⁶⁵. Nesse processo, mulheres negras tiveram uma importância crucial, ainda que enfrentassem a não-visibilidade dentro do próprio círculo de atuação feminista. As concepções teóricas do feminismo negro recolocaram no centro das discussões a velha dicotomia entre igualdade e diferença, perguntando-se sobre a possibilidade ou mesmo a validade de construir uma identidade feminista sem

* Texto apresentado no *GT Gênero, Raça e Etnia* do XIV Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, realizado de 4 a 7 de novembro de 2008, em Salvador, Bahia.

⁶⁵ Sobre a importância das feministas negras norte-americanas na interação entre gênero, raça e classe, ver também HARAWAY (2004).

considerar as diferenças. Nessa perspectiva, a categoria mulher foi problematizada e buscou-se seguir as trilhas do plural na tentativa de não homogeneizar categorias e conceitos. Ao salientar a diversidade de experiências e os diferentes pontos de vista, algumas feministas demarcaram o lugar de fala/enunciação como um dos fundamentos centrais nas abordagens dos feminismos negro.

Nas últimas três décadas, houve um crescimento nas produções que se reportam à dessencialização da identidade feminina, aos múltiplos eixos de opressão feminina e, portanto, à reconceituação do “ser mulher”. Tais estudos têm a contribuição de mulheres não brancas dos Estados Unidos e do Canadá, bem como da Inglaterra. As demandas giraram em torno da importância de se considerar categorias de raça, etnia, classe e sexualidade. A partir de suas experiências, mulheres não brancas desenvolveram outras formas de conceituar o gênero e o feminismo (CALDWELL, 2000, p. 91).

Na década de 1980, algumas produções norte-americanas trouxeram à tona outros aspectos e, portanto, novos caminhos para as análises feministas. Nessa conjuntura, nomes importantes como o de Angela Davis e bell hooks⁶⁶ tiveram bastante proeminência no questionamento de tendências individualistas e liberais presentes nas produções feministas. Essas teóricas denunciaram a falta de sensibilidade de feministas brancas em relação às especificidades de “raça” e classe (AZERÊDO, 1994, p. 206). Sobretudo nos anos 1990, a contribuição de Patricia Hill Collins foi se tornando ainda mais significativa para o estudo das diferentes experiências de mulheres no tocante à violência, à educação, às formas de ativismo e na intersecção entre gênero, “raça” e classe e/ou nação.

Segundo Kia Caldwell (2000), as críticas de brasileiras negras contra o essencialismo feminista, emergentes na década de 1980, praticamente passaram despercebidas no âmbito acadêmico. Essas contribuições de ativistas ou pesquisadoras negras, que tratavam das intersecções entre gênero e “raça” não tiveram prioridades nas pesquisas brasileiras. Ao que tudo indica, a ausência da

⁶⁶ Na década de 1990, bell hooks destacava que em comunidades negras também não é incomum que o lugar dado às mulheres seja marcado por suposições sexistas sobre papéis femininos. Ver HOOKS (1995, p. 470).

“raça” nas produções locais denotava não somente o posicionamento e as preferências de feministas brancas brasileiras, mas também a dificuldade em lidar com o racismo e os desafios em sustentar um movimento anti-racista no Brasil.

Um dos trabalhos de maior relevância no contexto brasileiro foi a antologia *O Lugar da Mulher* da antropóloga negra Lélia Gonzalez. Nesse trabalho, ela teceu uma crítica aos estudos sobre mulheres brasileiras que se preocupavam somente com gênero e classe, ocultando a questão da dominação racial. Também argumentou que, no Brasil, as mulheres negras sofriam uma tripla opressão, resultante da dominação de raça, gênero e classe. Outras investigações também tiveram vulto na produção feminista negra brasileira, tais como os estudos de Sueli Carneiro que, em grande medida, estavam ocupados em mostrar como os perfis de mulheres negras e brancas no Brasil têm gerado mais conflitos do que uma pretensa unidade, e da feminista Luiza Bairros que, dentre outros aspectos, destacou a dominação de mulheres negras brasileiras vinculadas ao trabalho doméstico e a inconsistência dos conceitos que interpretam a opressão feminina com base nas primeiras demandas do movimento feminista⁶⁷.

Não obstante o número crescente de produções feministas negra no Brasil, a questão da “diferença” ainda permanece pouco discutida se comparada às abordagens norte-americanas, como já sinalizava Caldwell, em 2000. Embora a dificuldade em lidar com as especificidades sócio-históricas e culturais das experiências e identidades de mulheres ainda esteja presente, o advento do século XXI parece ter trazido um novo cenário político em que, no Brasil, começa-se a reconhecer a importância da “raça” e das diferenças raciais na configuração do gênero e das identidades das mulheres.

De modo corrente, os temas de interesse nas teorias feministas negra estão voltados para a violência, exploração sexual e doméstica de mulheres negras; racismo e novo racismo; mulher negra e trabalho compulsório; e resistência e mobilização de mulheres negras. Entendemos que um debate sobre produções feministas negra pode propiciar o alargamento de novas formas de lidar

⁶⁷ Sobre uma perspectiva crítica do feminismo e dos conceitos de mulher, experiência e política pessoal, ver BAIRROS, 1995.

com a teoria feminista, concorrendo para novos olhares e outras perspectivas sobre a apreensão e teorização da realidade. Nesse sentido, considerando a heterogeneidade do feminismo negro, o presente texto busca enfatizar, mais especificamente, as principais contribuições do pensamento teórico desenvolvido por Patricia Hill Collins, grande referência para o feminismo negro no contexto norte-americano e mundial, e Lélia Gonzalez, notável pensadora brasileira que, unindo-se e confrontando-se com os ideais do movimento negro e feminista brasileiros, enfocou com clareza como a questão racial marcou a vida de mulheres no Brasil.

Teorizando com Patricia Hill Collins: A noção de experiência e a construção de um pensamento feminista negro

Patrícia Hill Collins nasceu na Filadélfia em 1948. Formou-se em Ciências Sociais e tem atuado na área de Sociologia. Na sua extensa lista de estudos e produções destacam-se as abordagens no campo dos estudos étnicos e raciais e no campo dos estudos feministas e de gênero. Tem trabalhos sobre racismo, nacionalismo e violência; intersecção entre raça, classe e gênero; cultura popular e hip hop; negritude e mercado global; educação e mulheres negras; o significado da maternidade na cultura negra; tecnociência e perspectivas de cura; famílias negras; dentre outros. Mas de suas pesquisas aquelas que mais se destacaram relacionam-se à construção do pensamento feminista negro e às políticas sexuais negra.

Em geral, o feminismo negro é identificado por cinco elementos principais, ora destacados por Patricia Hill Collins ao frisar a interseccionalidade de outros fatores na estruturação do gênero: “1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou ‘imagens do controle’; 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; 5) e a política sexual.” (BAIRROS, 1995, p. 462)

De fato, Patricia Collins (1991; 2005) preocupou-se em demonstrar que, em muitos lugares, múltiplos sujeitos têm enfrentado diferentes formas de injustiça, novas formas de subjugação e que, diante disso, diversos grupos de

mulheres têm emergido no esforço de combater as opressões de “raça”/etnia, gênero, classe, sexualidade, nação, religião, elementos que por diversas vezes são também tomados como unificadores de suas experiências. Desse modo, por estarem presentes nas experiências de muitos sujeitos sociais como componentes das relações de desigualdade, questões de gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalismo precisam ser discutidas.

Ela também mostra ser bastante comum que certos grupos sociais sejam marcados por suas diferenças e assim tratados desigualmente, o que geralmente não tem sido visto como um problema social. Entretanto, é significativo o número de críticas quando os grupos reivindicam direitos e constroem identidades a partir de suas ditas diferenças. Assim, diferenças de tratamento para determinados grupos não aparecem como injustiça social, sendo então facilmente aceitáveis, enquanto a positivação das diferenças como mecanismo de autonomia, construção de identidades e superação das desigualdades tem sido reiteradamente definida como incoerente e mesmo dispensável (COLLINS, 1991, p. 23).

De acordo com sua análise, atualmente assiste-se a uma reconfiguração das hierarquias sociais de raça, classe, gênero e sexualidade. Novas formas de capitalismo global fabricam o novo racismo, que apresenta permanências e rupturas com a formação racial do passado (século XIX). Nessa conjuntura, embora se evidencie diferenças em escala global e a hierarquia racial seja produzida em meio a mudanças sociais, políticas e econômicas, a pobreza continua sendo racializada (COLLINS, 2005). Collins (2005) também reitera que, nos Estados Unidos, bem como em outros lugares do mundo, as políticas sexuais contemporâneas apresentam homens e mulheres afro-americanos como um problema social. Mulheres de descendência africana têm sido associadas a uma visão animalístico-sexual. Do século XIX ao XX, cresceu o número de estereótipos que enclausuram mulheres negras no âmbito da sexualidade, ajudando a criar idéias sobre diferenças sexuais. Nesse processo, homens negros têm suas próprias variedades de diferença racial construídas a partir de idéias sobre sexualidade perigosa e violenta.

O pensamento ocidental associa então a negritude com uma imaginada incivilização e a sexualidade à diferença racial, enquadrando homens e mulheres. Nessas representações de homens e mulheres afrodescendentes existe uma relação íntima entre estes e a natureza; é como se eles se tornassem a essência da própria natureza, logo, selvagens. Inventava-se, assim, o discurso da sexualidade negra. As mulheres negras têm tido dificuldade de exercer sua autodefinição contra essas imagens e as práticas sociais por elas desencadeadas. As percepções ocidentais da sexualidade dos afrodescendentes foram centrais para a configuração dos estados-nação europeus enredados em projetos coloniais. Na era dos direitos pós-civis, as questões de sistema racial continuam a ser pensadas desde o lugar dessas antigas representações. Pode-se inferir, portanto, que novas formas de capitalismo global fabricam o novo racismo, que reflete situações de permanências e mudanças. E, ao que tudo indica, as políticas que tratam de raça em termos de classe, gênero, sexualidade, etc, são incapazes de responder ao novo racismo (COLLINS, 2005).

Ao estudar mais detidamente as experiências das afro-americanas, Collins (1991, p. 4-5) mostrou que há três dimensões interdependentes geradoras de desigualdades nas vivências daquelas mulheres, quais sejam: *dimensão econômica da opressão* (exploração do trabalho das mulheres negras no bojo do capitalismo), *dimensão política da opressão* (negação de direitos e privilégios rotineiros dados às cidadãs brancas) e *dimensão ideológica da opressão* (há um controle de imagens relacionado à escravidão que estereotipa as mulheres negras, apresentando-as negativamente). Conquanto, ela também ressaltou que mulheres em condições de exploração intensa podem criar respostas a essas situações sem serem anuladas, constituindo-se sujeitos que adquirem consciência de sua opressão e produzem ativismo. Assim, cada grupo social tem uma visão de mundo de acordo com suas próprias experiências, seus contextos específicos de vida. Alguns são mais fincados em cosmologias de grupos étnicos, outros em direitos civis, outros na família, na religião, no espaço rural (COLLINS, 1991, p. 10,11).

O fato é que, para Collins (1991), há outros espaços além da academia onde se pode notar a produção de um conhecimento contra-hegemônico e, por essa razão, as experiências de mulheres não-acadêmicas também são fundamentais para a construção de um outro conhecimento. Em sua visão, de fato, mulheres negras empenhadas em construir um conhecimento de mulheres negras regularmente falam das políticas de supressão e de seus respectivos efeitos. Dentro desse aspecto, a autora chama atenção para a invisibilidade do conhecimento produzido pelas mulheres, destacando que a crítica à manutenção da invisibilidade de mulheres negras e de suas idéias não é algo restrito aos Estados Unidos, mas é também presente na África, no Caribe, na América do Sul e em outros contextos (COLLINS, 1991, p. 3). Fora da academia, as formas mais freqüentes de se expressar um conhecimento contra-hegemônico se apresentam através da música, dos meios de comunicação e da dança. O crescimento significativo da cultura popular negra e dos meios de comunicação de massa, como sites para criar e resistir às ideologias raciais, também é bastante notável (COLLINS, 2005).

Nessa direção, Collins (1991) aponta que o pensamento feminista negro afro-americano constitui uma forma de resistência ao sistema dominante. Esse pensamento feminista negro é composto de seis características, quais sejam: 1) a ligação entre experiência e consciência; 2) as tensões entre experiências e idéias; 3) a conexão entre experiências como coletividade heterogênea e alguma garantia de conhecimento grupal ou *standpoint*; 4) as contribuições de mulheres intelectuais; 5) o significado da mudança; 6) a relação com outros projetos de justiça social além da questão do empoderamento da mulher.

De maneira geral, a análise de Patricia Collins se conecta a alguns argumentos centrais. Em primeiro lugar, ela afirma que, embora haja experiências comuns que predisponham as mulheres negras a desenvolverem uma consciência grupal distinta, nada garante que essa consciência e esse grupo tenham o mesmo nível de articulação coletiva. Os pontos de vista grupais são situados e refletem as relações de poder; os pontos de vista não são, portanto, estáticos. Em segundo lugar, argumenta que as mulheres negras respondem de maneira diversa às

mesmas situações, daí a importância da noção de experiência. Não há uma predominância de raça, gênero, classe ou sexualidade. Estes elementos são acionados em cada lugar e de acordo com as circunstâncias. Em terceiro lugar, destaca que pontos de vista autodefinidos podem estimular a resistência. Em quarto lugar, pontua que mulheres intelectuais negras estão dentro e fora da academia. Elas enfrentam diretamente as questões que discutem, como a questão do empoderamento e da autodefinição. Em quinto lugar, aponta que o pensamento feminista negro precisa ser dinâmico para que opere como uma teoria social crítica. E, por fim, mostra que as ações e pesquisas das mulheres negras podem se direcionar a diferentes audiências, inclusive para as questões da vida humana de maneira mais ampla.

Lélia Gonzalez: “Uma amazona de torço estampado de esperança”

Lélia Gonzalez nasceu no dia 1 de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte. Graduiu-se em História e em Geografia, tendo feito pós-graduação em Comunicação e Antropologia. Filha de pai negro e mãe indígena, desde cedo, vivenciou a intersecção do racismo e do sexismo em sua vida. A penúltima filha de uma família de baixa renda com 18 filhos, Lélia conseguiu estudar com o auxílio dos patrões da sua mãe, que trabalhava como empregada doméstica. Conhecida por seu comportamento ousado e o linguajar popular, exerceu um papel fundamental nas discussões em torno da questão da mulher negra e para aquilo que se pode chamar de feminismo negro no Brasil. Ela serviu como porta voz contra o sexismo que subordinava a participação de mulheres negras dentro do Movimento Negro Unificado e contra o racismo que impedia a inserção plena das mulheres negras no movimento de mulheres.⁶⁸

Toda a sua obra foi permeada pelos estudos da psicanálise, que serviu como base teórica para analisar e denunciar o que ela chamava de “processo de lavagem cerebral racista vigente na nossa sociedade”⁶⁹. Foi inclusive com o auxílio

⁶⁸ Dentre algumas biografias de Lélia Gonzalez, ver, por exemplo, BAIROS, 2000.

⁶⁹ A questão da psicanálise como forma de assunção da identidade é bastante discutida nos estudos de algumas teóricas do feminismo negro. CALDWELL (2007), por exemplo, considera a

da psicanálise e do candomblé que Lélia aceitou a sua condição racial, que, para superar as barreiras do racismo, preferiu inicialmente negar. A partir de sua experiência, ela pôde constatar que a ideologia do branqueamento era uma forma de reproduzir e perpetuar a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são universais, o que possibilitava a negação da identidade étnica.

Como forma de melhor entender esse processo de rejeição/integração, Gonzalez utiliza duas noções que ajudarão a entender essa crise de identidade, quais sejam, consciência e memória. Ela analisou esses dois aspectos da seguinte forma:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrição que restitui uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade [...] **O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí**, das aulas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, **à crioulada**, a gente que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena (GONZALEZ, 1983, p. 226).

A reivindicação de uma memória comum também teve destaque na obra de Lélia Gonzalez. O conceito de “amefricanidade”, para definir a experiência comum dos negros americanos, foi utilizado como forma de negar a latinidade das Américas, tendo em vista a preponderância de elementos ameríndios e africanos. Esse termo, de acordo com a autora, pode ser entendido como um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação e reinterpretação) referenciada em modelos africanos e que remetem à construção de uma identidade étnica. Ela assinalou que o racismo na América Latina, para além de fatores histórico-culturais, também revela uma neurose cultural que busca todos os meios para suprimir o testemunho daqueles que são os testemunhos vivos

interação entre gênero, raça e subjetividade para entender como, na experiência individual, a mulher negra pode relacionar o discurso social dominante com a formação da sua subjetividade. A utilização do termo “subjetividade social” implica na reformulação desse discurso de forma que possibilite a aceitação e positivação da sua identidade.

dessa *ladinoamefricanidade* denegada. A utilização dessa categoria possibilitaria o resgate de uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. (GONZALEZ, 1988).

Mas o que demarcou toda a importância de sua produção foi a visão inovadora sobre as questões de raça e gênero no Brasil. Gonzalez (1988) reivindicava um *feminismo afrolatinoamericano*, mas tinha em vista as especificidades das mulheres negras, excluídas não apenas pela sua condição social como também pelo local específico em que estavam situadas. Foi em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), uma de suas principais publicações, que ela analisou como a intersecção de gênero, raça e classe constitui o fulcro para pensar a questão da mulher negra no Brasil. A adoção de um suporte epistemológico psicanalítico, a partir das categorias propostas por Lacan e Freud, foi por ela utilizado para explicar a forma específica do racismo brasileiro, sem restringir a sua análise a categorias analíticas da sociologia e da antropologia. De acordo com Bairos (1998), isso representou uma saída teórica no sentido de apreender melhor os aspectos simbólicos do racismo, que se constitui como uma sintomática neurose cultural brasileira, e do sexismo, manifesto em três noções: mulata, doméstica e “mãe preta”.

A categoria mulata era duramente denunciada por Lélia, principalmente, a exposição dada à mulher negra no carnaval carioca. O seu argumento era de que nessa representação as mulheres negras eram marcadas pela sensualidade e pelo desejo. A figura da mucama também analisada por ela (em quimbundo mu’kama quer dizer amásia escrava) dá conta do uso sexual a que as escravas domésticas eram submetidas.⁷⁰

As experiências de empregadas domésticas já vinham sendo denunciadas por Gonzalez como mais uma forma de submissão da mulher negra.

⁷⁰ De acordo com MOUTINHO (2004) essa suposta “valorização” da mulher negra é verificada somente no âmbito sexual. Ou seja, as mulheres negras são bem mais procuradas quando se refere às questões ligadas ao desejo, algo que não é percebido nas escolhas para o casamento. De acordo com estatísticas realizadas por demógrafos e sociólogos, existe um percentual relativamente baixo de casamentos “inter-raciais” entre brancos e negros e, dentre estes, a mulher negra não tem tido espaço.

Mais recentemente, Cecília McCallum (2007), em sua análise sobre o lugar de inferioridade da mulher negra na hierarquia socioeconômica em Salvador, tem mostrado que os laços simbólicos entre mulher negra e trabalho doméstico como mais um lugar de submissão têm sido cotidianamente reforçados pela classe média brasileira. No entanto, a autora ainda destaca que este é também um espaço que vem sendo positivado pelo feminismo negro como formar de valorizar a profissão de doméstica que incorpora em maior parcela as mulheres negras do país.

Lélia Gonzalez também demonstrou que havia um outro papel social destinado à mulher negra com resquícios da sociedade escravocrata brasileira – a figura da mãe preta, responsável não apenas pela criação e educação dos filhos dos senhores, mas ainda pelos cuidados da casa. Nesse caso, a construção da mulher negra se dá como mãe, “peito” que amamenta e sustenta a vida dos outros. Nessa direção, em crítica enfática, ela propunha que a desconstrução desses estereótipos só ganharia destaque a partir da formação de grupos de mulheres negras que pudessem discutir questões comuns. Infelizmente essas questões não vinham sendo discutidas nem pelo Movimento Negro e nem pelo Movimento Feminista brasileiros, o que possibilitava um questionamento sobre o papel da mulher negra e trazia à tona a fragmentação dentro desses movimentos.

Gonzalez tinha uma relação tensa com os movimentos negro e feminista do Brasil. Sobre o movimento negro, ela assinalava que:

Todas nós [apesar da criação de grupos de mulheres negras] continuamos nosso trabalho de militantes no interior das organizações mistas a que pertencíamos sem, no entanto, desistir da discussão de nossas questões específicas junto aos nossos companheiros que, muitas vezes, tentavam nos excluir do nível das decisões, delegando-nos tarefas mais “femininas”. Desnecessário disser que o Movimento Negro não deixava (e nem deixou) de reproduzir certas práticas originárias de ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo (GONZALEZ, 1982, p. 9)

E apesar de se autodefinir como feminista, Lélia não deixou de tecer críticas ao movimento feminista. Ela acrescentava:

Enquanto isso nossas experiências como o Movimento de mulheres, caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não-feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em contas nas lutas feministas, exatamente porque como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa (GONZALEZ, 1982, p. 9).

Frente a essas tensões, ela identificava que o feminismo negro se fazia necessário como forma de união entre as mulheres negras; como um laço de solidariedade, ao mesmo tempo em que como algo fundado numa experiência histórica comum. Foram essas perspectivas que enfatizaram as discussões sobre mulheres de baixa renda, principalmente nos bairros periféricos.

De fato, a experiência política e acadêmica das feministas negras no Brasil, que se destacou a partir dos anos 1980, possibilitou o reconhecimento de que os discursos universalizantes influenciaram a maioria dos estudos sobre as mulheres brasileiras. Várias feministas negras mostraram que a falta de atenção à relação entre gênero, classe e raça reforçou o status de subalternidade das mulheres de cor. E foi esse o impulso dado por Lélia Gonzalez, para quem somente a partir da intersecção dessas categorias analíticas é que se poderia mudar a realidade da mulher negra no país.

Gonzalez tinha como objetivo escrever de modo que suas palavras pudessem ser apreendidas por um público mais amplo, tendo em vista que a maioria da população negra no Brasil não tinha acesso à educação formal. Em seus textos, procurava utilizar um linguajar próprio para difundir suas idéias, o creolês (expressão utilizada por ela). A questão da difusão ganhou visibilidade no feminismo negro, que procurava mais e mais se tornar acessível ao público geral, ao tempo em que buscava outras formas para analisar as questões de raça e gênero. Sem dúvida, é indiscutível o papel de Lélia Gonzalez como questionadora do lugar da mulher negra na sociedade brasileira. As suas idéias continuam atuais e toda a sua discussão sobre o feminismo negro também possibilitou formas outras de construir teorias analíticas.

Referências

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, p 203-216, 1994.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1954). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 23, p. 347-367, 2000.

_____. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 458-462, 1995.

CALDWELL, Kia Lilly. **Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and politics of identity**. United States: British Library, 2007.

_____. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Black sexual politics: African- Americans, gender, and the new racism**. New York & London: Routledge, 2005.

_____. Defining Black Feminist Thought. In.: **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and Politic of Empowerment**. New York/London: Routledge, 1991.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**. v. 8, p. 133-141, 1988.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, v. 5, 1988.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado et all. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1984, p. 223-244.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ Madel T. (Ed.) **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. A democracia racial: uma militância. Entrevista à Revista SEAF, republicada em **UAPÊ. Revista de Cultura**. Rio de Janeiro, n. 2. Disponível em: www.leliagonzalez.org.br/material/DepoimtUape.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2008.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 464-469, 1995.

MCCALLUM, Cecília. Women out of place? A micro-historical perspective on the Black Feminist, movement in Salvador da Bahia, Brazil. **Jornal Latin American Studies**, Cambridge, n. 39, p. 55-80, 2007.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 20, p. 101-119, 1991.